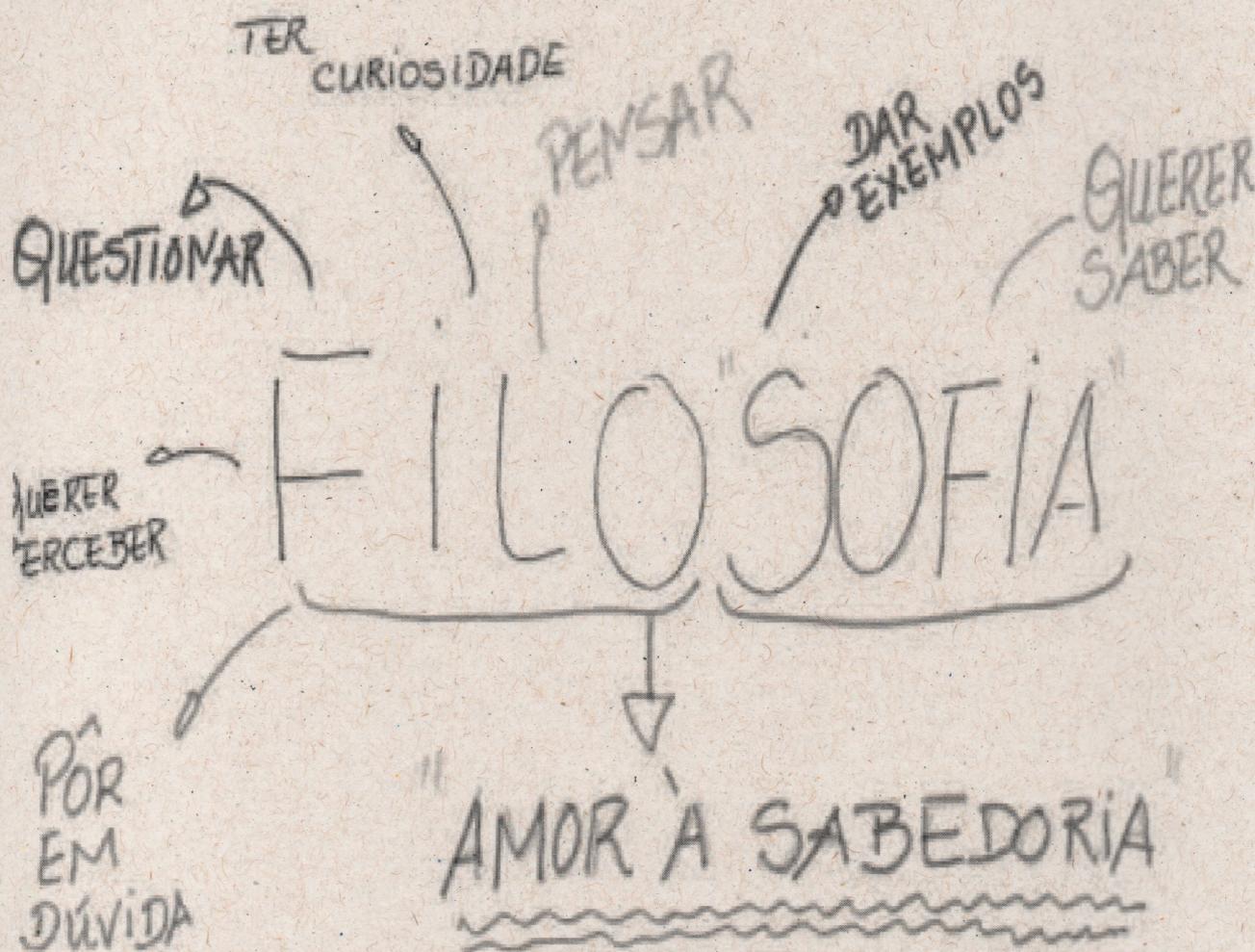


## Estágio Supervisionado de Ensino de Filosofia

Cleber Duarte Coelho



SOFIA

# **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE ENSINO DE FILOSOFIA**





**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

**FILOSOFIA**  
licenciatura a distância

# **ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE ENSINO DE FILOSOFIA**

*Cleber Duarte Coelho*



**UNIVERSIDADE  
ABERTA DO BRASIL**

Ministério  
da Educação

Governo  
Federal

Florianópolis, 2015.

## **GOVERNO FEDERAL**

*Presidente da República* Dilma Vana Rousseff  
*Ministro da Educação* Aloizio Mercadante  
*Coordenador Nacional da Universidade Aberta do Brasil* Celso José da Costa

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

*Reitora* Roselane Neckel  
*Vice-reitora* Lúcia Helena Pacheco  
*Pró-reitora de Ensino de Graduação* Julian Borba  
*Pró-reitora de Pesquisa* Jamil Assereuy Filho  
*Pró-reitora de Pós-Graduação* Joana Maria Pedro  
*Pró-Reitor de Extensão* Edison da Rosa  
*Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento* Antonio Cezar Bornia  
*Pró-reitor de Administração* Antônio Carlos Montezuma Brito  
*Pró-reitor de Assuntos Estudantis* Denise Cord  
*Secretário de Relações Internacionais* Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho  
*Secretário Especial de Aperfeiçoamento Institucional* Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender  
*Secretário de Cultura* Zilma Gesser Nunes  
*Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas* Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio

*Coordenador de Curso* Marco Antonio Franciotti  
*Subcoordenador de Curso* Delamar José Volpato Dutra  
*Coordenador de Tutoria* Jaimir Conte  
*Coordenador de Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem e Designer Instrucional* André Cruz Goulart  
*Secretária de Curso* Edinéia Cristiani Pedrotti

## **CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

*Diretor Unidade de Ensino* Paulo Pinheiro Machado  
*Chefe do Departamento* Cláudia Pellegrini Drucker

Copyright © 2015 Licenciaturas a Distância FILOSOFIA/EAD/UFSC  
*Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada sem a prévia autorização, por escrito, da Universidade Federal de Santa Catarina.*

Coelho, Cleber Duarte.

Estágio Supervisionado de Ensino de Filosofia / Cleber Duarte

Coelho. – Florianópolis : FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2015.

92 p. : il., gráficos

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-61484-44-6

1. Educação – Filosofia. I. Título.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 A LEGISLAÇÃO QUE REGE OS ESTÁGIOS .....</b>	<b>11</b>
1.1 Os documentos do governo federal.....	13
1.2 O Projeto Político-Pedagógico do curso de Filosofia - UFSC.....	24
Leitura recomendada.....	34
Refleta sobre .....	34
<b>2 A IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO .....</b>	<b>35</b>
2.1 Adentrando a escola: observações preliminares.....	37
2.2 O contato com as turmas: a observação das aulas de Filosofia .....	44
2.3 Planejando os conteúdos: você irá lá para a frente!.....	49
2.4 Implementando o planejamento: deparando-se com o inesperado.....	54
Leitura recomendada.....	59
Refleta sobre .....	60
<b>3 A NOVA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA ....</b>	<b>61</b>
2.1 Objetivos da proposta .....	63
2.2 O conceito de diversidade segundo a nova proposta.....	66

2.3 A nova proposta curricular e a disciplina de Filosofia..... 72  
Leitura recomendada..... 80  
Refleta sobre ..... 81

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....83**

**REFERÊNCIAS .....89**

## APRESENTAÇÃO

*Escola: aparentemente um local desconhecido, diferente. Talvez muitos de nós não nos enxerguemos como estagiários num ambiente escolar, muito menos como professores. Mas necessitamos recordar que passamos mais de uma década de nossas vidas dentro da escola. É fato que a sociedade se transformou de forma avassaladora nos últimos anos: a tecnologia avança a passos largos, os adolescentes adoram navegar nas redes sociais, postam fotos, curtem e compartilham. Talvez você tenha saído do colégio (3º ano do Ensino Médio) há três, cinco, dez ou trinta anos. Não importa: há uma condição comum entre aqueles que habitaram e hoje habitam este ambiente. Quem nunca fez uma prova de Matemática que considerou difícilíssima? Quem nunca se apaixonou por alguém que estudava na mesma sala e sentava pertinho? Quem nunca suspirou por um professor ou professora que fazia-nos prestar mais atenção no conteúdo, e até mesmo ficarmos mais felizes no dia em que teríamos sua aula? Quem nunca sentiu saudades de determinados amigos que conheceu no colégio, ou até mesmo de **estar na escola**? Fato, prezado acadêmico, é que a escola é uma **instituição social**. Toda esta estranheza e insegurança que talvez possamos sentir diante do **Estágio Supervisionado em Filosofia** que agora iniciaremos podem ser abrandadas se nos enxergarmos naquele menino supostamente rebelde que gosta de sentar no “fundão” da sala, ou naquela menina que usa óculos, sentada na primeira carteira, sempre disposta a, com o dedo*

*levantado, responder às perguntas elaboradas pelo professor. Se acaso a inserção nas escolas lhe causa receio: não temas! Esta energia tão peculiar que pertence ao universo estudantil: o vigor explosivo da juventude, a espontaneidade dos adolescentes, não são alheios a você. Um dia estiveste lá! Foram anos e anos sentado nos bancos escolares, aprendendo com tantos professores que lhe cativaram, instigaram, sensibilizaram, transmitiram, em forma de legado, seus saberes. Estaremos dispostos a nos habilitar para sermos este tipo de professor? Podemos perceber o tamanho de responsabilidade que agora estamos nos dispondo a assumir? Seremos apenas burocratas da Educação, reproduzindo acriticamente conteúdos prontos? Perceberemos na disciplina de Filosofia uma possibilidade para nossos alunos terem outras perspectivas diante do mundo que habitam? Tantas questões podem perpassar o imaginário daqueles que são chamados para a **linha de frente da Educação**. Parafraseando o poeta, poderíamos dizer: “Olhe para o menino, para o moleque, que mora dentro do seu coração!” Seus olhos um dia estiveram voltados para o caderno, para o livro didático, para a explicação do educador. Neste momento, a perspectiva mudou! Agora estás do outro lado da sala... aqui na frente! É chegado o momento de você, que optou por uma licenciatura, vir aqui para frente! Olhe para o quadro, utilize-o! Dê exemplos! Busque perceber estes alunos dentro de suas realidades existenciais, seus contextos! Nenhum deles é tabula rasa: todos chegam a nós com determinada **leitura de mundo**. Brilhe com o fazer pedagógico construído cotidianamente no chão da escola! Seja bem vindo professor!*

**Professor Cleber Duarte Coelho**

## AGRADECIMENTOS

Todo processo de produção intelectual, aos meus olhos, envolve certa leitura de mundo que se constrói também nos diálogos estabelecidos com nossos pares. Neste sentido, agradeço aos acadêmicos dos polos Blumenau, Indaial, São José, Treze Tílias e Tubarão que me acolheram no semestre 2015.1, predispondo-se a pensarem em conjunto comigo questões pertinentes ao ensino de Filosofia.

Aos colegas professores: Dr. Jason de Lima e Silva, pela confiança depositada em meu trabalho para assumir os estágios no curso de Filosofia-EAD da UFSC. E também, à professora Dra. Patrícia de Freitas, por ler atenciosamente o conteúdo deste livro, fazendo ponderações de extrema importância para a construção deste livro.

Agradeço aos colegas de Trabalho: André Cruz Goulart e Edinéia Cristiani Pedrotti, por serem incentivadores da escrita neste campo até então pouco explorado em termos bibliográficos.

E àquela que todos os dias me ensina um pouco mais sobre o ser professor, fazendo as tarefinhas da escola, aprendendo as letras, e desconcertando-me com tantas perguntas filosóficas: minha pequena Sofia, rainha dos “por quês!”

Cleber Duarte Coelho



# ■ CAPÍTULO 1 ■

A LEGISLAÇÃO QUE  
REGE OS ESTÁGIOS



## 1.1 OS DOCUMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Iniciaremos este capítulo recordando a você, iniciante de seu estágio curricular obrigatório, que na disciplina de **METODOLOGIA DE ENSINO DE FILOSOFIA** nos dispomos, entre outras coisas, a analisar alguns documentos oficiais do governo federal. Os PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) e as OCN's (Orientações Curriculares Nacionais), como vimos, **sugerem** trinta (30) **conteúdos** que podem vir a ser desenvolvidos pelo professor de Filosofia nas escolas. Estes conteúdos sugeridos, evidentemente, não pretendem “engessar” o professor na sua prática docente, mas auxiliá-lo no processo de desenvolvimento de sua disciplina.

O governo federal, no entanto, enfatiza nas **Orientações Curriculares Nacionais** (OCN's, 2006, p. 31) que há determinadas condições necessárias e indispensáveis para que o professor possa bem exercer seu papel com desenvoltura e excelência profissional. Gostaríamos de chamar a atenção de você, futuro (e já quase) professor de Filosofia, que o estágio curricular que será agora iniciado tem como um de seus fundamentais objetivos auxiliar-lhe no desenvolvimento das **habilidades e competências** necessárias ao bom exercício da docência estabelecidos pelo governo federal:

Uma indicação clara do que se espera do professor de Filosofia

no ensino médio pode ser encontrada nas Diretrizes Curriculares aos Cursos de Graduação em Filosofia e pela Portaria INEP nº 171, de 24 de agosto de 2005, que instituiu o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de Filosofia, que também apresenta as habilidades e as competências esperadas do profissional responsável pela implementação das diretrizes para o ensino médio:

- a) capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento;
- b) capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- c) capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;
- d) compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
- e) percepção da integração necessária entre a Filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- f) capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos. (OCN's, 2006, p.31).

Como se pode perceber, somos convocados à excelência para exercer a docência filosófica nas escolas de ensino fundamental e médio pelos rincões deste país de dimensões continentais. A escola, como observaremos no estágio e em nossa própria prática profissional, é uma instituição social cheia de pormenores. É lá que você, prezado acadêmico, desenvolverá seu estágio obrigatório visando manter-se no padrão de qualidade elencado pelas OCN's.

Destacamos aqui o fato de que diante de tantas qualidades solicitadas ao professor de Filosofia, o tratamento especial às questões pedagógicas deveria ocorrer desde o primeiro ano da licenciatura. Importante evidenciarmos que o licenciado não é um bacharel que nos últimos anos de sua graduação deparou-se com algumas disciplinas pedagógicas. O exercício de pensar o ensino de Filosofia deve (ou deveria ser) exercido desde as primeiras fases do curso

por aqueles que optam pela licenciatura e também por aqueles que formam estes futuros profissionais professores. Inegável é a importância da sólida formação voltada para a pesquisa filosófica, para aquilo que costumeiramente se chama “formação bacharelesca”, mas esta não exclui e deveria caminhar *pari passu* com uma séria reflexão sobre os fazeres escolares: pensar a Filosofia nas escolas, as possibilidades deste ensino. Do contrário, o profissional licenciado pode considerar que as disciplinas pedagógicas são uma espécie de “anexo” do curso efetivo de Filosofia, quando de fato, no começo do curso, já sabemos que estamos fazendo uma **licenciatura**: ou seja, estamos estudando para sermos **professores**. Torna-se urgente perceber a necessidade de pensarmos, todos envolvidos com um curso de licenciatura, sobre os conteúdos filosóficos e as possibilidades de ministrarmos estes conteúdos nas escolas. Talvez este seja uma das possibilidades viáveis para evitar o sentimento que habita muitos acadêmicos que chegam na disciplina de **Estágio Supervisionado**: a sensação de que cairão em uma sala de aula “de paraquedas”.

Destacamos que há legislações que regulamentam e prescrevem normas quanto à prática do estágio supervisionado. Estas leis são voltadas para aqueles que estão envolvidos no processo: a própria universidade, os estudantes estagiários, as escolas que receberão estes acadêmicos.

O documento mais atual lançado pelo governo federal, no que concerne aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios foi lançado no ano de 2008. A **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008** publicada pela sub chefia de assuntos jurídicos da presidência da República, dispõe sobre o estágio dos estudantes. Esta lei é documento de extrema importância para conhecimento daqueles que se submeterão aos estágios, visto que serão regidos por ela, devendo conhecê-la sobretudo nos aspectos mais relevantes, os quais buscaremos apresentar e comentar aqui. Deste modo, recomendamos enfaticamente que você, acadêmico que está iniciando seu estágio obrigatório, conheça esta lei na íntegra, para estar ciente dos critérios que definem seu estágio. O referido documento é dividido em seis capítulos. Elencaremos agora os artigos e parágrafos que podemos considerar mais importantes, visando

esclarecer algumas nuances desta lei.

## CAPÍTULO I

### DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

O projeto político pedagógico do curso de Filosofia, conforme determina a lei federal, estabelece critérios para a realização dos estágios. Importante enfatizar que o estágio integra o itinerário formativo do acadêmico. Muitos acadêmicos de licenciatura veem no estágio um “mal necessário” para obterem seu diploma. Se pudessem optar por fazer ou não o estágio, o dispensariam. No entanto, e a lei deixa isto claro, o estágio é parte fundamental de sua formação. É o seu momento de pisar no chão da escola, observar as aulas do professor titular, perceber como os alunos se comportam, as forças políticas que atuam no ambiente escolar. Enfim, é sobretudo um momento em que o estagiário terá uma noção mais precisa quanto à futura profissão que está abraçando e se **de fato é isto que ele deseja fazer** por alguns anos de sua vida profissional, ou mesmo por toda sua caminhada no mercado de trabalho.

É por isso que, ainda no artigo 1º § 2º, a lei faz referência à importância do estágio para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à boa prática docente, já elencadas nas OCN's. Vejamos:

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Não é raro acadêmicos das mais diversas licenciaturas passarem por uma formação que não lhes apresenta subsídios didáticos que os tornem seguros para a prática docente. O famoso modelo “3+1” (três anos de disciplinas bacharelescas + um ano de disciplinas de

licenciatura) é ainda bastante difundido. Geralmente, os acadêmicos de licenciatura apenas estudam disciplinas tais como “Didática”, “Organização Escolar”, “Metodologia de Ensino”, “Filosofia da Educação”, nos últimos semestres da graduação, justamente quando estão prestes a se lançarem no estágio curricular obrigatório. No caso da licenciatura em Filosofia, na 5ª fase o acadêmico terá as disciplinas de **Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem; Didática; Seminário de Ensino de Filosofia**. Na 6ª fase, serão oferecidas as disciplinas de **Metodologia de Ensino de Filosofia e Organização Escolar**. Quando nos damos conta, na 7ª fase, o estágio supervisionado já está diante de nós. O famoso “frio na barriga” começa a surgir quando sabemos que o momento de irmos para a escola cumprirmos o estágio está chegando.

Os semestres passam rápido: passamos por quatro semestres de formação mais voltada para apropriação da História da Filosofia e seus principais problemas. Muitos acadêmicos passam por estes dois anos sem terem preocupações pedagógicas, a própria estrutura dos currículos muitas vezes os condiciona a isso. As disciplinas ditas pedagógicas surgem apenas no terceiro ano do curso. “Estalamos os dedos” e estamos diante do estágio: há uma insegurança natural neste processo. No entanto, e este § 2º evidencia isto, o estágio, mesmo com todo o “frio na barriga” e a possível inquietude frente a esta nova experiência, visa justamente auxiliá-nos no desenvolvimento das competências necessárias, na percepção da realidade dos contextos escolares. Estas competências e habilidades, prezado acadêmico, aprendemos empiricamente: no chão da escola. É o dia-a-dia nas salas de aula que vai lhes dar os subsídios necessários para que possam **se constituir enquanto professores: o magistério é um tornar-se que não finda**. O estágio docente curricular tem a função de fazer com que você não se sinta perdido ao se lançar no mercado de trabalho. Aproveite este momento para lapidar-se enquanto futuro profissional da educação, pois você está chegando na reta final desta graduação: os alunos nas escolas onde você desenvolverá seu estágio o chamarão de professor.

Art. 3º § 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado,

deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art.7º desta Lei e por menção de aprovação final.

Prezado acadêmico, está prescrito na lei, como vemos, que no desenvolvimento de seu estágio o professor orientador (o titular da disciplina de estágio) acompanhe sua prática na escola onde o estágio for realizado. Torna-se necessário também que o professor titular da disciplina na escola acompanhe as aulas ministradas pelo estagiário, pois este professor atuará como supervisor, será um auxiliar no desenvolvimento e análise da desenvoltura do estágio. Não podemos esquecer, no entanto, que a Filosofia, entre outros quesitos, visa desenvolver nos indivíduos autonomia, tanto pessoal quanto profissional. Deste modo, por mais que o professor da própria escola e o professor da disciplina de Estágio acompanhem o aluno estagiário para que caminhe com passos firmes, consideramos necessário que o acadêmico estagiário **busque desenvolver sua autonomia** para exercer sua função, confiante no êxito da aplicabilidade das aulas que preparou, uma vez que já possui os subsídios filosóficos (conteúdos de Filosofia) e orientações didáticas para desempenhar um bom preparo de aulas, e adquirir a confiança tão necessária ao longo do processo. Portanto, cabe ao professor orientar o estagiário, mas também a função do professor titular da disciplina de Estágio é fazer o acadêmico familiarizar-se com o ambiente escolar, com as observações, para que possa ser inserido, no momento oportuno, diante de uma turma a qual ministrará suas aulas. Como estamos tratando aqui de uma licenciatura-EAD, impossível será para o professor titular da disciplina de Estágio presenciar todas as aulas de todos os estagiários, uma vez que tratamos de cinco polos distintos espalhados pelo território catarinense, além da demanda elevada de acadêmicos nestes diferentes polos. Mas ressaltamos: em momento algum deve o estagiário sentir-se desamparado: pois há uma equipe (professor da escola, professor titular da disciplina, tutores) que lhe dará o suporte necessário: este suporte, no entanto, também deve o acadêmico buscar em si mesmo, pois está chegando na reta final de

sua graduação, não sendo mais um neófito.

## CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7 ° São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

Ressaltamos que a lei aqui não menciona um simples detalhe técnico, mas uma obrigatoriedade (portanto, de extrema importância!): é necessário que antes mesmo de adentrar a escola o estagiário assine um termo de compromisso (referente à prática constituinte do estágio) que caracterizará o acordo estabelecido entre a Universidade (no caso, a UFSC) e a instituição de ensino escolar onde o estagiário realizará suas atividades. Este termo assegura à escola garantias legais contra possíveis ações trabalhistas, pois atesta que não há vínculo empregatício entre o estagiário e a escola. Deste modo, é importante que o termo de compromisso especifique o período que o estagiário permanecerá na escola (por exemplo: de agosto de 2015 a dezembro de 2015), pois todos que fazem parte do corpo escolar saberão da presença dos estagiários no colégio. No caso da escola ter um vigilante na porta de entrada, este profissional será avisado que você estará estagiando, logo, possuirá autorização para adentrar a escola, em determinados períodos e horários. Todos estes detalhes são de extrema relevância, pois a escola enquanto instituição também possui uma organização (**lembramos da ORGANIZAÇÃO ESCOLAR**): o que inclui controle de quem entra e quem sai, qual seu papel na escola: se é pai ou mãe de algum aluno, professor, ou, neste caso específico, um estagiário da UFSC que passará meses cumprindo a disciplina de Estágio. Como a instituição escolar é habitada por crianças e adolescentes, este controle faz-se demasiado importante, pois a

responsabilidade sobre estes jovens enquanto estão no ambiente escolar, pertence à direção e ao corpo docente. **Você deverá preencher os documentos necessários para realização do estágio no seguinte endereço:**

<https://www.siare.ufsc.br/siare-estudante/inicial.jsf>

As disciplinas de **ESTÁGIO SUPERVISIONADO I** e **ESTÁGIO SUPERVISIONADO II** exigirão do estagiário a produção de um relatório de atividades. Neste relatório, o acadêmico irá narrar suas impressões, demonstrará sua leitura frente à escola na qual estagiou: desde a própria estrutura da escola até a postura dos alunos nas aulas de Filosofia com o professor titular; os métodos utilizados por este mesmo professor para lecionar, etc. Obviamente, os relatórios variarão de acordo com o nível de exigência e abrangência de cada estágio (I ou II):

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

Como é apontado claramente no trecho da lei acima referido: compete ao estagiário desenvolver **individualmente** um relatório referente às observações desenvolvidas pelo mesmo na escola. Este relatório deve ser entregue até o fim do semestre letivo (não excedendo seis meses), expondo, como já apontamos acima, suas impressões sobre a própria escola como um todo (estrutura, condições da biblioteca, recursos didáticos, tecnológicos, estado de conservação, número de alunos nas classes, etc.) e também sobre as aulas do professor titular da disciplina de Filosofia. Este relatório, além de constituir-se como exigência legal, demonstra ser fundamental enquanto instrumento reflexivo do estagiário frente à realidade escolar a qual está inserido. É grandiosa referência para constatar o cotidiano da escola, as forças de poder que se estabelecem na mesma, as especificidades necessárias ao fazer escolar, às quais estão envolvidas as práticas daqueles que exercitam a docência nos colégios públicos e privados deste país.

Há de se ressaltar também que um profissional devidamente ha-

bilitado **deverá** ser auxiliar na supervisão do estágio, sendo este profissional o próprio professor titular da disciplina na escola:

### CAPÍTULO III

#### DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9o As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

A lei aqui também é bastante objetiva e estabelece uma *conditio sine qua non* para o êxito do estágio. O estagiário, para o bom desempenho de suas atividades, precisa desenvolver uma relação de confiabilidade com o professor titular da disciplina na escola a qual estará inserido. A experiência do profissional docente pode servir de grande referencial para o acadêmico de licenciatura que fará suas primeiras incursões no ambiente escolar. Vale lembrar que este docente também irá **orientar e supervisionar** sua prática, auxiliando o professor titular da disciplina de Estágio Supervisionado. Não convém estabelecer comparativos entre preferências dos alunos pelas aulas do professor titular e do estagiário. Este professor costumeiramente leciona em dezenas de turmas e, não raro, pode ter determinadas posturas introjetadas por quem está no dia-a-dia das escolas há anos. Esta possibilidade também deve fazer parte das observações do estagiário, mas sem o parâmetro comparativo que poderia nos levar a fazer juízos de valor quanto à conduta deste profissional. Compete-nos, sim, observá-lo criteriosamente e atentamente, pois sua conduta de certa forma é reflexo daquilo que vivencia cotidianamente em sua prática no ambiente de trabalho. Este professor possui formação e experiência profissional que

o torna apto a orientar-nos com perspicácia. Tenhamos nele um aliado, não um concorrente.

#### CAPÍTULO IV

##### DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

De modo geral, os acadêmicos que vão para as escolas na disciplina de **Estágio Supervisionado de Ensino de Filosofia I** ficam no máximo um turno na escola, onde presenciarão as aulas que o professor titular ministrará naquele dia. Exceder seis horas diárias é algo improvável, um turno (manhã, tarde ou noite) será suficiente para observar os pormenores da escola e as aulas, não sendo necessário cumprimento desta carga horária todos os dias da semana. Dois ou três dias serão suficientes, levando em consideração os dias em que o professor titular estará na escola, além dos ajustes necessários pessoais do próprio estagiário, sendo cada caso particular analisado pelo docente do Estágio Supervisionado.

#### CAPÍTULO V

##### DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Respeitar e agir em conformidade com todos os trâmites bu-

rocráticos e/ou legais evita possíveis “dores de cabeça” para todas as partes envolvidas no processo: a própria Universidade, o professor da disciplina, o estagiário, a escola que abrirá suas portas para receber os estágios. Percebam a extrema importância deste artigo: profissionais da Educação nem sempre estão devidamente atentos aos aspectos que envolvem a gestão, mas quem está mais próximo da área do Direito, da Contabilidade de empresas, gestores escolares e pessoas ligadas diretamente à consolidação das leis do trabalho (CLT) sabem de antemão que todas as condições devem estar devidamente atendidas e regulamentadas, do contrário, e apenas para citarmos uma situação hipotética, uma situação inusitada dentro da escola (algum tipo de assédio, por exemplo) envolvendo um estagiário, poderia gerar imensos transtornos caso este estágio esteja sendo realizado sem a devida regulamentação. Perceba, prezado acadêmico, o quão a escola é importante: atende crianças e adolescentes, amparados por um estatuto legal (ECA: Estatuto da criança e do adolescente), com uma faixa etária dos seis (6) aos dezessete (17) anos. Lembramos que embora a maioria das escolas ofereça a disciplina de Filosofia apenas nas turmas de Ensino Médio, há também, em alguns espaços, oferta desta disciplina para turmas do Ensino Fundamental. As prefeituras de São José – SC e Biguaçu - SC, apenas para citarmos exemplos, ofertam a disciplina de Filosofia já nos primeiros anos: isso implica muita responsabilidade: lidaremos com filhos de outras pessoas, na condição de educadores. Não se pode dizer “qualquer coisa”, há uma série de cuidados a serem tomados em nossa prática: desde as expressões utilizadas em nossa exposição, até a vestimenta, etc.

Por conta disso, lembramos: o termo de compromisso deve ser assinado por ambas as partes: pelo estagiário a pela própria instituição que recebe o estagiário, pela universidade e pela escola que o receberá, como atesta o artigo abaixo elencado:

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

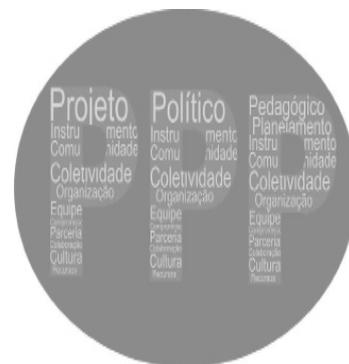
Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representan-

tes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Conhecemos agora os aspectos mais relevantes da lei que regulariza os estágios em nível federal. Recomendamos aos estagiários que conheçam a lei na íntegra, uma vez que a mesma regulamenta sua prática nas escolas e até mesmo sua relação com a universidade, pois tanto a universidade, quanto professor titular da disciplina, e acadêmicos estagiários possuem obrigações a cumprir, prazos a honrar, responsabilidades mútuas neste processo que envolve a formação profissional e os adolescentes que estarão emaranhados nesta formação. Embora seja óbvio, não nos custa lembrar: não estamos tratando de uma brincadeira, mas do processo de formação de futuros profissionais da Educação que estarão estagiando em escolas, observando e conhecendo o espaço escolar, as aulas de Filosofia, para vir a ministrar aulas para crianças e adolescentes. O estágio é passo fundamental na afirmação do **ser professor**.

## 1.2 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE FILOSOFIA - UFSC

O item 4.7.4 do P.P.P. do curso de Filosofia-EAD da UFSC aborda especificamente as normas que regem o estágio. Intitulado **ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DAS DISCIPLINAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO**, este item é o ponto nevrálgico elucidativo daquilo que compete ao estagiário nos dois semestres que permanecerá na escola. Vejamos agora quais serão suas atribuições como estagiário, bem como as diferenças entre as disciplinas de **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM FILOSOFIA I** e **ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM FILOSOFIA II**:



Conforme está previsto na Resolução 05/2000-CEG da UFSC, a prática de ensino poderá ser integralizada por horas/aula de disciplinas da Área de Formação Pedagógica Geral, desde que contemplem atividades de efetiva inserção no contexto escolar, devidamente supervisionadas, até o limite máximo 60h. Além disso, a Resolução 02/02 do CNE exige que o estágio comece a partir da segunda metade do curso. Por isso, ele foi inserido na quinta fase em conjunto com algumas disciplinas pedagógicas. Finalmente, criou-se o Estágio Supervisionado de Ensino da Filosofia I e II, com 12 horas semanais ou 216 semestrais, mas evitou-se colocar ambos no último ano para evitar o modelo atual. (P.P.P., 2007, pp. 27-28).

Cabe evidenciar aqui que além do estágio obrigatório que todos os alunos da licenciatura precisam cumprir, há também outra modalidade de estágio, o não obrigatório, que pode ser exercido tanto por acadêmicos que optaram pelo bacharelado quanto pelos acadêmicos que optaram pela licenciatura. O estágio não obrigatório é opcional, podendo ser remunerado ou não. Ele pode contribuir fundamentalmente para a formação do estudante de licenciatura. Um exemplo são os estágios remunerados de docência, oferecidos por algumas instituições que necessitam de professores ou auxiliares de professores, pagando-lhes uma bolsa para exercerem atividades por um determinado período (geralmente 20 horas semanais) junto a uma instituição de ensino. Há casos de acadêmicos que entram em cursos de licenciatura imbuídos da certeza de que serão professores. Muitos destes acadêmicos (é comum ver isto nos cursos de Pedagogia) buscam estágios não obrigatórios já nos primeiros semestres da licenciatura, no intuito de se ambientarem e familiarizarem o quanto antes com os ambientes escolares, podendo já nos primeiros semestres da graduação iniciarem o ganho da experiência tão necessária à boa prática docente.

Também é importante dizer que há muita gente que trabalha como professor sem qualquer habilitação, ou sem habilitação na área que leciona. Há até uma bolsa concedida pelo governo estadual, que visa capacitar professores em uma licenciatura, no intuito de formar professores que trabalham sem a devida formação, em disciplinas que não são da sua área. Por exemplo, um professor

já formado em História que leciona Filosofia, mas não possui a devida habilitação. O governo do Estado de Santa Catarina, através da **PORTARIA 14/SED/2014** concede bolsas integrais de estudo para professores em exercício na educação básica da rede pública de ensino, para professores que tenham interesse em se matricular em um programa de incentivo à segunda licenciatura. Diversas instituições comunitárias (fundações) de ensino superior em Santa Catarina possuem este programa, em convênio com o governo estadual. A intenção aparentemente é habilitar também em outra área professores que muitas vezes assumem carga horária em outras disciplinas que não correspondem às suas respectivas habilitações, para poderem complementar sua carga horária nas escolas. Na realização do estágio, você poderá constatar *in locu* esta realidade aqui apresentada. Lembrando que este estágio envolve dois semestres.

No que se refere ao estágio obrigatório, há duas disciplinas voltadas para o cumprimento do estágio, conforme descrição abaixo:

#### 4.7.4 Sobre os estágios obrigatórios da licenciatura

O Estágio I deve iniciar o aluno efetivamente nas atividades pedagógicas relacionadas com a Filosofia nas escolas de nível Fundamental ou Médio. Ele poderá engajar o aluno na prática efetiva de ensino da Filosofia nas escolas, mas o aluno se limitará a familiarizar-se com o material didático utilizado, avaliá-lo, comparando-o ao que aprendeu no Curso de Filosofia, e elaborar uma proposta de ensino da Filosofia. Eventualmente, o estágio poderá também iniciar o aluno em questões de gestão da escola e de organização do trabalho escolar. A ideia central, todavia, do Estágio I é tornar o aluno um *assistente de professor* fazendo-o observar o funcionamento efetivo da docência no cotidiano escolar. Propõe-se que essas atividades sejam realizadas em duplas de alunos que poderão continuar no Estágio II. (P.P.P.,2007, p.28)

A função fundamental do **Estágio supervisionado I (ofertado**

na sétima fase do curso), como vemos acima, é familiarizar o acadêmico de licenciatura com as questões inerentes ao ambiente escolar, os materiais didáticos utilizados nas aulas de Filosofia, além de pensar efetivamente em possibilidades de implementar uma proposta pedagógica, a qual deverá se efetivar no **Estágio supervisionado II (ofertado na oitava fase)**. Como a disciplina possui 216 h/aula, o estagiário cumpre, no mínimo, 12 créditos semanais de atividades na escola.

Podemos tentar dividir o estágio em diferentes etapas. O primeiro passo que é demasiado importante, pois dará ao estagiário as primeiras noções e impressões do “solo ao qual está pisando” é o da **observação**. Perceber a própria escola, perpassando sua composição arquitetônica, a conservação de suas estruturas, condições de biblioteca, recursos tecnológicos e audiovisuais, etc. Não podemos deixar de mencionar a importância de adentrar a biblioteca da escola e conhecê-la bem. A disciplina de Filosofia possui livro didático e esse material é, costumeiramente, de qualidade. Vale dizer também que o estagiário pode nesse momento ver outros materiais referentes à disciplina que a biblioteca oferece. Recursos específicos da área e outros que poderão auxiliá-lo. Lembremos que nas escolas chegam muitos bons materiais advindos do governo federal. Estes recursos podem ser muito relevantes para o bom preparo das aulas a serem ministradas pelo estagiário.

Fundamental também é observar as realidades que compõem o dia-a-dia da escola: os diálogos entre os docentes na sala dos professores, a relação com a direção da escola. O fato da escola também ser composta por outros profissionais que colaboram para sua estrutura e andamento, tais como: faxineiras, merendeiras, vigilantes, etc. Além disso, a atenta observação da turma escolhida para desenvolver o estágio e das aulas de Filosofia, o modo como os alunos se comportam nesta aula, como reagem aos conteúdos, à forma como o professor expõe seu conteúdo, enfim, o olhar atendo a todas estas filigranas oferece subsídios para o estagiário compor sua estratégia de intervenção na turma, quando vier ministrar suas aulas.

Outro aspecto imprescindível, que podemos chamar de segundo passo, é o **planejamento**. Compete ao estagiário analisar o material didático utilizado pela escola, buscar outros materiais que possam auxiliá-lo ao ministrar suas aulas, tentar fazer a junção entre estes materiais escolhidos e o próprio material didático da escola, elaborar planos de ensino, nos quais elencará objetivos, conteúdos, metodologias, formas de avaliação. No Estágio Supervisionado I se planeja, visando implementar esse planejamento no Estágio Supervisionado II, quando o acadêmico efetivamente terá a incumbência de ministrar aulas.

Outra etapa a ser realizada no Estágio I, que chamaremos aqui de terceiro passo, é a **assistência à docência e possivelmente, a própria docência**. O objetivo primordial do estágio I é fazer com que o acadêmico conheça o ambiente da escola, seja inserido na mesma, conhecendo seus pormenores e sua estrutura. Precisa estar comprometido com a turma escolhida para realizar sua formação pedagógica (podendo ser uma turma de primeiro, segundo, ou terceiro ano do Ensino Médio). Deve o acadêmico ter ciência de que estará vinculado com esta turma durante o ano inteiro, e que **efetivamente ministrará aulas** na continuidade do estágio, na disciplina de estágio II. **Não há necessidade efetiva de que o acadêmico ministre aulas na disciplina de Estágio I, embora isso possa vir a acontecer**, desde que o mesmo se sinta seguro e apto para tal. O fundamental nesta etapa, no entanto, é que as observações e os planejamentos sejam bem desenvolvidos, para que este planejamento possa ser bem efetivado no Estágio II. Daí a importância do comprometimento com as observações, planejamento, e assistência ao professor titular da disciplina de Filosofia. A tendência é que o estagiário vá ganhando segurança ao longo deste processo, pois o ambiente da escola e o próprio contato cotidiano com os estudantes farão com que esta realidade, até então “estranha” para ele, torne-se familiar.

O Estágio I tem como um de seus grandes objetivos desenvolver no acadêmico autonomia e segurança para encarar o Estágio II. Importante ressaltar que, segundo o P.P.P. do curso de Filosofia da UFSC, essas atividades devem preferencialmente ser realizadas em duplas de alunos, que poderão continuar juntos desenvolvendo

suas atividades no Estágio II.

Sabemos que muitos acadêmicos das mais diversas licenciaturas atuam nas escolas de ensino fundamental e médio. Seja porque possuem habilitação em outra área, já sendo, portanto, professores efetivos ou ACT's em escolas públicas e/ou municipais ou mesmo escolas privadas. Além disso, há também aqueles que mesmo não sendo ainda habilitados, buscam emprego como professores ainda estando em processo de formação.

Quem trabalha nas secretarias acadêmicas das universidades está acostumado a receber diversos pedidos, no começo do semestre, de atestados de matrícula que comprovem além do vínculo com o curso, a fase a qual o acadêmico está matriculado. Geralmente estas declarações são solicitadas por aqueles que buscam aulas para ministrar junto às secretarias de educação estaduais e municipais. Isto está aqui sendo dito porque:

Os alunos que comprovarem atividade docente regular poderão ser dispensados do Estágio I conforme permissão da Resolução 02/02 do CNE, desde que tenham atuado ou atuem na disciplina Filosofia mesmo que conjunta com outras matérias. (P.P.P.,2007, p. 28).

**IMPORTANTE:** esta Resolução 02/02 do Conselho nacional de Educação, de 2002, limita a 200 (duzentas) horas a validação do estágio supervisionado. A carga horária mínima de estágio supervisionado para cursos de licenciatura exigido pela referida resolução é de 400 horas. Se o Estágio I tiver 200 horas e o Estágio II mais 200 horas, então a resolução citada permite ao aluno validar o Estágio I por inteiro. No entanto, **os estágios do curso de Filosofia-EaD possuem 216 horas cada. Em seu artigo 1º, inciso 4, da referida resolução, está dito:** Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter **redução da carga horária** do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas. (CNE, 2002. Os grifos são nossos)

Sabemos que também nesta licenciatura a distancia em Filosofia da UFSC temos muitos acadêmicos que já são professores. Nos

cinco polos onde o curso é ministrado: Blumenau, Indaial, São José, Treze Tílias e Tubarão temos profissionais docentes que, caso atuem como professores de Filosofia nas escolas, podem ser dispensados do Estágio I, necessitando apenas cumprirem 16 horas desta disciplina. Estas 16 horas serão cumpridas com alguma atividade complementar estipulada pelo professor da disciplina de Estágio. Para tanto é necessário que possuam a documentação comprobatória desta atividade docente, obtendo assim a dispensa de 200 horas do Estágio I.

Como vimos acima, o ESTÁGIO I tem como função principal fazer com que o acadêmico observe, planeje, e dê assistência ao professor titular da disciplina. Já o ESTÁGIO II destina-se à inserção deste acadêmico na prática docente, supervisionada pelo próprio professor da escola e pelo supervisor da disciplina. Este estágio poderá ser realizado em escolas públicas ou privadas, instituições como Senai, Senac, Institutos federais, instituições voltadas para educação de jovens e adultos (EJA), etc. Compete ao acadêmico, embora não seja professor titular da disciplina, planejar e ministrar aulas de Filosofia, elaborar avaliações e aplicá-las aos alunos, exercitando efetivamente a docência neste processo do estágio. Vejamos:

O Estágio II constitui-se da efetiva *prática* supervisionada do ensino da Filosofia e deverá ser cumprido nas escolas de nível Fundamental e Médio (ou em instituições educacionais que possam conter a disciplina Filosofia tais como SENAC, SENAI, instituições dedicadas à Terceira Idade, cursos de extensão universitária etc.), com posterior apresentação de relatório ao(a) supervisor(a) responsável. Consistirá de preparação, oferecimento e avaliação de aulas de Filosofia. (P.P.P., 2007, p.28)

Como se trata de um estágio docente, o mesmo deve ser executado em média com 12 horas de atividades semanais na escola, nunca excedendo 18 horas de atividades por semana. Sempre é importante ressaltar que se trata de um estágio, não sendo a função do acadêmico “substituir” o professor titular da disciplina, no sentido de ocupar seu espaço como um “professor

substituto”. Lembramos que as horas do estágio também se destinam à elaboração de materiais (planejamento) para serem trabalhados em aula, além do próprio relatório final de estágio a ser entregue até que o mesmo se encerre (ou quase que de imediato ao seu término), como vemos abaixo:

Para evitar que as escolas usem os estagiários como “professores substitutos” permanentemente, a carga horária mínima da efetiva prática de ensino será de 12h (conforme orientação da Resolução 061/96 do CEPE) e não poderá exceder 18h, sendo as restantes reservadas para a preparação de aula – podendo inclusive ser na escola onde o aluno atua – atividades práticas de pesquisa e extensão bem como para a re-avaliação das aulas dadas nas escolas pela turma e pelo(a) supervisor(a) e elaboração do relatório final da prática docente. (P.P.P., 2007, p.28)

É importante ressaltarmos que as disciplinas de **ESTÁGIO SUPERVISIONADO I e II** também possuirão encontros presenciais nos respectivos polos, assim como acompanhamento pelo ambiente virtual (moodle) por parte dos alunos quanto às atividades que deverão ser realizadas ao longo do semestre:

Para as disciplinas de Estágio estão previstos encontros presenciais, realizados pelo professor e tutor do pólo, e o necessário acompanhamento do desenvolvimento a distância pelo professor da disciplina. As atividades presenciais obrigatórias, realizadas no pólo regional, serão orientadas diretamente pelos tutores com apoio dos professores da UFSC, sendo que para as atividades a distância os alunos receberão orientações definidas nesses encontros, no livro-texto e por meio do sistema de comunicação definido para o curso. (P.P.P., 2007, P.29)

Prezado acadêmico, convidamos você a **conhecer na íntegra** o Projeto Político Pedagógico desta Licenciatura em Filosofia-EAD. Este documento estabelece as bases quanto ao perfil do

profissional docente que o Departamento pretende formar. Mais especificamente quanto aos estágios, o referido documento de forma bem objetiva estabelece uma série de critérios que você necessariamente precisa conhecer ( P.P.P.,2007, p. 29):

Destacamos os seguintes procedimentos com relação aos estágios:

- A supervisão presencial será realizada por meio da tutoria de polo, de forma direta;
- A validação das atividades de regência do aluno-professor, em sua própria classe, quando for o caso, será realizada mediante a comprovação de atividade desenvolvida por declaração da direção da escola. Quando for o caso, Isso será considerado na medida da necessidade para a *complementação de carga horária* de estágio;
- A observação recíproca em aulas regidas por colega de estágio, preferencialmente que seja professor daquela escola ou de uma escola próxima;
- As atividades serão realizadas e registradas, por meio da filmagem de trechos das próprias aulas ou de outros professores. As filmagens deverão ser autorizadas por todos os alunos. Estas não poderão ter uso comercial, restringindo-se a estudos durante o desenvolvimento da disciplina. Os trechos filmados não poderão conter manifestações de opção religiosa, sexo, raça, classe social ou quaisquer formas de preconceito.
- Os estágios serão definidos e desenvolvido em projeto específico, conforme recomendação UAB/FNDE

Como vemos, para que os estágios se realizem com excelência é fundamental uma participação ativa do tutor presencial do polo em cada região. É necessário que o estagiário acompanhe também as aulas de seu colega de estágio (no caso do estágio ser feito em dupla). Além disso, a filmagem de parte das aulas torna-se fundamental para que o acadêmico possa se autoavaliar com precisão: observando suas posturas, entonação de voz, uso do quadro, vícios de linguagem, etc. Estas filmagens também serão importantes para que o professor titular da disciplina de estágio (e os tutores) possa ter mais subsídios para avaliar seus acadêmicos.

Toda esta legislação estabelecida pelo P.P.P. do curso de Filosofia-EAD da UFSC apresenta o norte para conduzir as atividades dos estagiários, tutores e professores. Como todo projeto político pedagógico, este P.P.P. não deve ser apenas “um documento para ficar esquecido na biblioteca, adquirindo poeira”, mas sim, deve ser conhecido e avaliado por todos aqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente pelos critérios estabelecidos pelo referido documento.

Importante: o P.P.P. do curso de licenciatura-EAD da UFSC também estabelece critérios bem definidos para **avaliação** do desempenho acadêmico nas suas atividades na disciplina de estágio:

a) Avaliação do Estágio

Serão consideradas todas as etapas do estágio: encontros, seminário de socialização, relatório parcial e relatório final e o desenvolvimento do estágio. Na avaliação também serão considerados a participação, pontualidade, assiduidade, preparação e planejamento das atividades de regência, domínio dos conteúdos, bem como o interesse geral do aluno pelo bom andamento em cada disciplina de Estágio Supervisionado. (P.P.P, 2007, p. 29-30)

Os critérios acima elencados dão a você, prezado acadêmico, a clara noção dos quesitos necessários à boa realização do estágio e dos elementos que serão avaliados no desempenho de seu estágio supervisionado que durará um ano: incluindo o estágio I e II.

Do que pudemos ver até aqui, podemos inferir que há grande complexidade que envolve o estágio: leis, normas, projeto político-pedagógico. Objetivos diferenciados para diferentes etapas. Isso nos leva a ressaltarmos novamente que a escola é uma instituição social envolvida com uma série de pormenores. No segundo capítulo deste livro-texto buscaremos nos deter exatamente nestes pormenores que envolvem as etapas do estágio, os fazeres escolares, convidando o estagiário a constituir-se do éthos que concerne ao

professor.

## LEITURA RECOMENDADA

- É imprescindível a leitura na íntegra da norma mais geral referente ao assunto do estágio docente: **lei federal n. 11.788/2008**, que define o estágio de estudantes e distingue estágios não obrigatórios dos obrigatórios. A referida lei está disponível em:

<http://portal.estagios.ufsc.br/files/2011/04/DIP.pdf>

- Todos os acadêmicos desta licenciatura devem ler integralmente o projeto político pedagógico (P.P.P.) do curso de Filosofia – UFSC. Este projeto está disponível em:

<http://filosofia.ufsc.br/files/2011/11/Projeto-Pedagogico.pdf>

## REFLITA SOBRE

- A importância do estágio curricular obrigatório na formação do professor.
- O projeto político pedagógico como instrumento norteador da prática pedagógica.

## ■ CAPÍTULO 2 ■

### A IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO



## 2.1 ADENTRANDO A ESCOLA: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES



Como já dissemos no primeiro capítulo deste livro-texto, a escola é uma **instituição social**. Enquanto local que agrupa pessoas, sabemos que, depois da família, a escola é uma das primeiras instituições que assume a responsabilidade de cumprir elementos de formação do indivíduo. Deste modo, atende a determinadas finalidades até mesmo enquanto espaço de socialização, onde o indivíduo, por exemplo, precisa adequar-se às regras sociais. Esta instituição social, nunca é demais lembrar, está em constante movimento: basta pensarmos no quanto as inovações tecnológicas dos últimos anos mudaram a própria escola e o comportamento dos alunos.

Também dissemos que os primeiros encaminhamentos que ocorrerão no estágio, as primeiras noções e impressões que o acadêmico terá do “solo ao qual está pisando” virão com a **observação**.

É comum alguns estudantes de licenciatura pensarem que a observação consiste basicamente no fato de entrarem na sala de aula e analisarem como o professor de Filosofia ministra suas aulas. No entanto, o fenômeno na observação é bem mais complexo e exige sagacidade no olhar.

A escola, enquanto instituição social que é, diz muito sobre si mesma pela sua própria composição arquitetônica. É preciso es-

tar atento àquilo que a escola diz de si pelo modo como ela se estrutura e se apresenta enquanto parte de uma determinada comunidade. O modo como a escola se estrutura, em sua arquitetura, parece-nos atrativa? Transmite a nós a sensação de um local voltado ao ensino, onde elementos lúdicos estarão introduzidos? Ou, contrariamente, a escola nos lembrará mais uma fábrica, um quartel, um presídio? Parece-nos, aparentemente, uma instituição acolhedora ou um local regido pela repressão? A escola, à primeira vista, parece ser convidativa? Agradável? Ou lembra-nos mais uma prisão, “grades sobre grades”?

Além da própria observação da composição arquitetônica, chegando à escola, observando sua fachada, o que percebemos em sua infraestrutura? Podemos verificar que a escola possui boa conservação em sua pintura, janelas e vidros em bom estado para adequada utilização? Pensemos naqueles que estão cotidianamente na escola: lá é o lugar de crianças, adolescentes, funcionários diversos, e dos **professores** que tem naquele ambiente seu local diário de estudos e trabalho! Você enquanto estagiário deve procurar reconhecer a importância da própria conservação do ambiente de estudos e trabalho para aqueles que estão envolvidos com a instituição escolar. Há escolas que são atrativas e convidativas: bem conservadas em sua pintura, suas janelas, as portas possuem fechadura e maçaneta. Ventiladores ou até mesmo aparelhos de ar-condicionado que funcionam. Sem grades nas janelas, porque roubos são pouco prováveis naquela localidade. Enfim: há estabelecimentos de ensino que mexem positivamente com a autoestima das crianças que ali estudam, das pessoas que ali trabalham: faxineiras, merendeiras, vigilantes, bibliotecários, secretários, professores, diretores. Há comunidades escolares que, costumeiramente, **se sentem bem** por habitarem aquele espaço, sentindo naquele lugar uma extensão de suas próprias casas. Observar isto é demasiado importante porque aquilo que uma escola “diz” em sua fachada e em sua infraestrutura representa grandiosamente o que a escola, de certa forma, é. Senão vejamos: chegar diante de uma escola “caindo aos pedaços”, pedindo pintura e conservação, com paredes riscadas, vidros quebrados, cheia de grades, portas velhas e quebradas, desestimulam aqueles que irão adentrá-la. Vivemos

num Estado que, contraditoriamente, possui escolas públicas belas e bem equipadas. Por outro lado, há colégios públicos em Santa Catarina que parecem abandonados: chegar diante destas escolas causa o sentimento de que elas estão esquecidas pelo poder público. Ainda assim, é ali que muitas crianças e adolescentes estudam, e muitos professores exercem o magistério, encontrando na sala de aula o local mais específico de sua profissão.

Não estamos aqui afirmando categoricamente que uma escola aparentemente bela e bem ornamentada assegura qualidade no ensino e ausência de problemas. Se fosse assim, os colégios particulares com as mensalidades mais caras ou as escolas públicas com bom padrão de estrutura estariam isentos de adversidades. Sabemos que há uma complexidade bem maior que tange os fazeres escolares: nos rincões do Brasil há quem ensine à sombra de árvores e obtenha bons resultados. Mas parece-nos evidente que é função da escola, seja ela pública ou privada (Estado ou iniciativa privada), ofertar o mínimo de infraestrutura adequada para facilitação do processo ensino aprendizagem. Para tanto, faz-se necessário conhecer a escola em seu interior.

Continuemos nossa observação: é preciso adentrar, encarar a escola por dentro. Como é a sala dos professores? Eles possuem armários para os docentes guardarem seus materiais? Que tipo de diálogo eles estabelecem entre si na hora do recreio? Falam sobre os alunos? Reclamam? Elogiam? Parecem motivados ou cansados? Como é a relação da direção do colégio com estes professores? A direção atua como parceira dos professores na solução de determinados problemas que surgem no cotidiano escolar? Ou, contrariamente, não se envolve efetivamente com estes problemas e está ali somente para implementar a política determinada pelo governo do Estado? Os assistentes pedagógicos da escola são proativos ou se omitem diante dos conflitos envolvendo os alunos? A escola possui vigilante, aquele indivíduo que controla quem entra e quem sai? Ou a escola, por ser pequena, numa localidade supostamente segura onde “todos se conhecem”, dispensa este tipo de profissional? Há profissionais na escola responsáveis pela limpeza da mesma? A escola possui merendeira? Disponibiliza merenda de qualidade aos alunos? Estes alunos, na maioria, compram seu lanche

na escola, alimentam-se em casa antes de virem para a escola, ou dependem da merenda escolar para poderem comer? As salas de aula são conservadas? As carteiras são adequadas? As salas de aula possuem lâmpadas suficientes e funcionando, tornando-a bem iluminada? Estas salas são superlotadas, com alunos amontoados, ou há disponibilidade de espaço suficiente para todos? Os banheiros são bem conservados? Ou são banheiros que todos evitam, porque não suportam a imundície que encontram nos mesmos? O colégio possui biblioteca? Nesta biblioteca trabalha um profissional responsável pela mesma? A biblioteca fica constantemente aberta para que o corpo escolar a frequente, ou vive trancada porque não há quem “cuide” da mesma? A escola possui seu quadro de professores completo? Ou faltam na escola professores de determinadas disciplinas, fazendo com que os alunos deixem de ter aula, sendo constantemente dispensados antes do horário previsto? Há muitos professores efetivos no colégio? Quantos são ACT’s (admitidos em caráter temporário)? Professores efetivos e ACT’s são tratados do mesmo modo pela direção? Como é a relação dos alunos com os professores e vice-versa? Há diálogo e busca de entendimento mútuo ou acaso as relações são hostis? Os pais destes alunos costumam frequentar a escola? Buscam os professores para saberem se seus filhos estão indo bem nos estudos? Como os alunos se posicionam diante das aulas de Filosofia? São interessados? Participam? São dispersos? Consideram a disciplina importante?

**Como o professor de Filosofia ministra suas aulas? Toma a história da Filosofia como centro ou como referência?** Suas aulas são monólogos ou ele busca dialogar com os alunos, estimulando nos mesmos a capacidade argumentativa? O professor de Filosofia centraliza suas aulas em si mesmo ou permite a seus alunos o uso da palavra, para que exponham suas dúvidas e opiniões? O professor reconhece as perguntas dos alunos como relevantes ou menospreza seus dizeres? Quais metodologias este professor utiliza em suas aulas? Há variações didáticas em suas aulas? Utiliza recursos tecnológicos? A escola disponibiliza estes recursos tecnológicos? É possível passar um trecho de determinado filme (há data-show, sala de vídeo?) como recurso de sensibilização para tratar de um tema filosófico? Quais são as formas de avaliação aplicadas pelo

professor de Filosofia? Estas avaliações visam verificar se os alunos apreenderam conceitos da História da Filosofia? Ou pretendem estimular os alunos a desenvolverem capacidade argumentativa partindo de um problema filosófico? A escola possui livro didático para a disciplina de Filosofia? Em caso positivo, como o professor utiliza este livro? Segue-o cegamente como manual, ou o utiliza juntamente com outras fontes e recursos?

Não temos aqui a intenção de condicionar o olhar do estagiário, mas sim, chamar à atenção para a importância da percepção de como se operam tantos pormenores no cotidiano escolar. Talvez muitas das perguntas elencadas acima, no que se refere aos recursos (didáticos, de infraestrutura, etc.) não sejam aquelas que você, prezado acadêmico, considerará mais importantes quando for à escola realizar suas observações. Possivelmente, de acordo com a realidade encontrada no ambiente onde você for estagiar, muitas outras questões surjam, suas inquietações podem ser outras: fundamental também aqui é que tenhas autonomia para estabelecer um critério próprio que norteie sua observação. Mais do que indicar um caminho, objetivamos sensibilizá-lo para o fato de que a escola é lugar demasiado complexo, permeado por inúmeras representações e significações: caberá a você fazer sua leitura desta instituição, visando direcionar o norte de sua prática educativa.

Prezado acadêmico, poderíamos aqui estender *ad aeternum* tantas questões que perpassam o universo escolar. Propositivamente nos estendemos nas perguntas acima elencadas com uma finalidade bem definida: chamar-lhe a atenção para a **acuidade visual** que você necessitará ter para compreender o quanto supostos detalhes são de extrema significância no ambiente escolar. Perceba: não basta chegar na escola, cumprimentar o professor de Filosofia, e ir observar suas aulas. A observação é um fenômeno bem mais complexo. Envolve uma miríade de pequenos fazeres, micropoderes, condições materiais e existenciais, econômicas e estruturais, contextos que dizem respeito à própria comunidade onde a escola está inserida, ao perfil cultural dos alunos e de suas famílias. Enfim: mais que uma análise conceitual e abstrata, faz-se necessária uma **leitura da escola enquanto instituição social**, buscar compreendê-la dentro de seu contexto. Mais especificamente: tentar

discernir de forma lúcida quais representações habitam este pequeno universo onde iremos estagiar. Destas observações, a partir daquilo que você irá inferir delas, derivarão grande parte dos encaminhamentos necessários ao planejamento de ensino que será desenvolvido no Estágio Supervisionado II.

Neste sentido, podemos elencar alguns fatores essenciais na composição das observações. Sugerimos a você, prezado acadêmico:

- 1- Fazer apontamentos sobre a estrutura física da escola;
- 2- Fazer apontamentos sobre as questões pedagógicas;
- 3- Fazer apontamentos sobre as condições da biblioteca e recursos didáticos disponibilizados pela escola.

Elencaremos aqui um modelo de questionário que desenvolvemos. Este modelo pode auxiliá-lo a guiar-se em suas observações. Não é um roteiro a ser necessariamente seguido, nem pretende padronizar as observações dos estagiários. Visa oferecer subsídios quanto a importantes questões que envolvem os contextos escolares, para que tenhamos um diagnóstico sobre as condições materiais que caracterizam o ambiente de trabalho do professor, bem como o universo escolar dos alunos:

### **Coleta de dados para a elaboração de relatório referente à disciplina de Estágio Supervisionado em Filosofia I – Curso de Filosofia na Modalidade a Distância - UFSC**

#### **Escola:**

- a) Tipo de escola: rural, urbana, municipal, estadual, federal.
- b) Localização da escola.
- c) Número de alunos da escola.
- d) Turnos que a escola funciona.
- e) Níveis de ensino existentes na escola.
- f) Turno e ou turnos que funciona o Ensino Médio;
- g) Infraestrutura da escola (aspectos físicos do prédio no tocante a seu estado de conservação)



h) Existência de áreas de lazer, bancos, ginásio, parquinhos, refeitório, sala de vídeo, biblioteca, teatro e ou auditório, sala de professores, banheiros, banheiro adaptado, rampas de acesso, entrada e saída, estacionamento, jardim, etc.

**Corpo docente:**

- a) Número de professores (as): efetivos, contratados (act's);
- b) Coordenação pedagógica;
- c) Existência de APP – Associação de Pais e Professores;
- d) Existência de Conselho Deliberativo;
- e) Existência de PPP – Projeto Político Pedagógico;

**Corpo discente:**

- a) Número total de alunos (as);
- b) Número de alunos (as) que frequentam o ensino médio;
- c) Média de alunos (as) por sala;
- d) Número de alunos (as) na sala onde será realizado o estágio de observação;

**Biblioteca:**

- a) Tamanho;
- b) Quantidade de funcionários;
- c) Existência de profissionais com formação específica: bibliotecário (a);
- d) Quantidade aproximada de livros;

**Sala de vídeo:**

- a) Existe um acervo de vídeo?
- b) Existem filmes ou documentários que podem ser utilizados na área da Filosofia?

c) Caso, sim. Quais são esses filmes e documentários?

### Dados específicos acerca da área: Filosofia

a) Os professores (as) que lecionam a disciplina são habilitados? Caso não sejam, em quais áreas são formados?

b) Existência de livros didáticos de Filosofia:

- Existem livros didáticos suficientes?

- Quais são os autores utilizados na escola?

c) Existem livros específicos de Filosofia que podem ser utilizados pelos professores no planejamento de suas aulas?

d) Caso existam, quais são esses livros (referências)? ;

e) Caso a escola possua PPP, analisar especialmente a área concernente a Filosofia;

Como já ressaltamos acima, este questionário não pretende “engessar” a observação do estagiário, mas auxiliá-lo a **elencar critérios** para sua observação. Deste modo, muitas outras perguntas podem ser agregadas ao formulário acima elencado, ou algumas das perguntas relacionadas não serem levadas em consideração. Fundamental é que o estagiário mantenha seu olhar atento, que exerça a observação com acuidade, pois estará adentrando o ambiente que se constituirá como seu recinto profissional num futuro breve: uma instituição de ensino, uma escola!

## 2.2 O CONTATO COM AS TURMAS: A OBSERVAÇÃO DAS AULAS DE FILOSOFIA

Iniciaremos esta reflexão sobre a observação das aulas de Filosofia chamando-lhes à atenção para o fato de que a escola precisa ser entendida dentro de seu contexto. O mesmo vale para



as aulas de Filosofia que iremos observar. Há estagiários que chegam às unidades de ensino onde desenvolverão seu estágio imbuídos de extremo academicismo. No entanto, o ambiente escolar é distinto, muitas vezes até incompatível com aquilo que de fato estes estagiários terão que desenvolver enquanto professores no ensino médio. Já dissemos em outro momento que nossos alunos no colégio não estão estudando para serem “filósofos profissionais”, e necessitamos ter clareza de que não estaremos dialogando com nossos pares dentro da universidade, mas com adolescentes que provavelmente nunca tiveram contato com a disciplina de Filosofia. Desta forma, no exercício da observação das aulas do professor titular da disciplina, pensemos na realidade prática que estabelece determinadas condições para que a Filosofia se apresente enquanto disciplina escolar. Nas palavras de (HORN, 2009, p.84): Trata-se de entender que o ensino de Filosofia no atual contexto escolar brasileiro não é uma questão puramente pedagógica. É uma questão mais ampla, ligada à epistemologia, ao saber, aos rumos atuais da cultura e da sociedade.



Bill Watterson, Calvin.

Qual o espaço que a História da Filosofia ocupa nas aulas que observaremos? A História da Filosofia é tomada como **centro** ou **referência**? O professor titular da disciplina trabalha a História da Filosofia “em si e por si”, de modo puramente abstrato, sem relacioná-la com os atuais contextos sociais, culturais, e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político; como solicitam as **OCN’s**? Sugerimos ao estagiário que esteja atento a estas questões fundamentais: quais conteúdos são trabalhados e como são trabalhados? Os temas ou assuntos trabalhados são voltados unicamente para diálogos com filósofos (as) ditos

clássicos, ou teorias de filósofos (as) de nosso tempo também são abordados? Aborda-se nas aulas temas filosóficos da atualidade, como por exemplo: bioética, eutanásia, Filosofia da tecnologia? O professor faz relação entre a História da Filosofia e os contextos existências e sociais nos quais os alunos estão inseridos? Ou a Filosofia trabalhada é ensimesmada, ininteligível, árida e não atrativa?

Geraldo Balduino Horn, ao verificar empiricamente a prática de ensino de professores de Filosofia que trabalham preferencialmente com **temas (tomar a História da Filosofia como referência)**, nos diz que (HORN, 2009, p. 85):

Assim, por exemplo, pode-se tratar do problema dos valores éticos, da liberdade, da relação entre indivíduo e sociedade, da ideologia, da cidadania e política, da existência de Deus, etc. **Na perspectiva dos professores pesquisados**, percebeu-se que muitos dos adeptos desta vertente propõem para seus alunos a escolha de temas-problemas ligados ao cotidiano. Geralmente os temas escolhidos representam o interesse imediato dos alunos, como sexualidade, drogas, AIDS, religião, entre outros. **Questões estas que, para muitos filósofos contemporâneos, tem pouco ou nada a ver com Filosofia.** (os grifos são nossos).

Sabemos que quaisquer questões podem ser investigadas pela Filosofia, desde que o estatuto da Filosofia seja mantido nesta investigação. Mantido o rigor conceitual, o pensamento sistemático, rigoroso e racional, bem como a devida referência à História da Filosofia, temas do mundo contemporâneo podem muito bem ser trabalhados em uma aula de Filosofia. Convém observar, no entanto, não apenas **quais** conteúdos são trabalhados e a **forma** como são trabalhados, mas também o nível de abertura ao diálogo que o professor proporciona em sua disciplina, se os alunos desenvolvem reflexões filosóficas ligadas ao seu cotidiano, se participam efetivamente, como sujeitos ativos, das aulas.

Caso o nosso ideal enquanto educadores que seremos seja tornar a Filosofia efetivamente significativa para a existência

de nossos alunos, compete-nos observarmos se as aulas que acompanharemos cumprem minimamente este objetivo, ou se o professor (talvez por motivos que trataremos adiante) reproduz um modelo de ensino que pouco contribui para um desenvolvimento efetivo dos estudantes. Importante: não objetivamos estabelecer juízos de valor quanto à prática do professor titular, mas instaurar um diagnóstico quanto à sua prática, baseados nas condições materiais que condicionam sua ação. Fundamental levarmos em consideração que grande parte das posturas adotadas por este professor se devam ao fato de este profissional estar enredado em alguns modelos cristalizados nos fazeres escolares. Diz Horn (2009, p. 87):

Por experiência própria das observações feitas **in loco, acompanhando os alunos nas aulas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado**, percebe-se uma predominância da participação oral, ocorrendo na maioria das vezes quando muito uma justaposição em que hora fala o professor ora fala o aluno, em momentos distintos e estanques. Isso ocorre muito quando o professor sugere ao aluno apresentar um tema, um tópico do conteúdo ou algo parecido. Essa estratégia metodológica pouco difere da aula expositiva, em que é mantida a separação entre os momentos do professor e do aluno. Não há um diálogo efetivo. Mesmo que muitas vezes rejeitadas nos discursos, esta visão, na prática, continua fortemente arraigada. (Os grifos são nossos)

Chamamos sua atenção, prezado acadêmico, para estar atento às “estruturas engessadas” que eventualmente perpassam a prática de ensino dos professores nas escolas. Se de fato entendemos não ser a Filosofia apenas mais uma disciplina ao lado de tantas outras, mas um possível instrumento de emancipação do indivíduo, compete-nos lançar nosso olhar com extrema atenção aos modos de execução desta disciplina pelo professor titular da disciplina. Objetivamos, como professores, superarmos os mecanismos de alienação, agirmos com autonomia e proporcionarmos autonomia aos nossos alunos. Neste sentido, qual modelo de Filosofia está sendo ministrado nas aulas que observamos? Constatamos que o

professor assume uma atitude filosófica em sua prática? Há um esforço, por parte do professor, em evidenciar aos alunos que a Filosofia, em última instância, **discute questões que permanecem em aberto** e que não possuem uma resposta categórica e definitiva? Ou, por economia profissional (ou excesso de trabalho) o professor se limita a apresentar perguntas e respostas elaboradas ao longo da História da Filosofia, solicitando posteriormente aos alunos que reproduzam *ipsis litteris*, o conteúdo ensinado?

Estejamos atentos a este momento fundamental do estágio: que possamos analisar a postura do docente e dos discentes, para termos subsídios suficientes para nortearmos nosso planejamento. Quem está no dia-a-dia das escolas sabe que não é raro sermos esmagados por uma estrutura que tende a nos tornar mecânicos, acríticos. Esta postura, no entanto, não condiz com o ensino de Filosofia. Você está sendo convocado a observar até que ponto a Filosofia ministrada nas escolas efetivamente proporciona a possibilidade de uma nova leitura de mundo aos alunos, ou simplesmente se apresenta como mais uma disciplina entre tantas outras. Diz Horn (2009, p. 87):

Como ocorre com a maioria dos trabalhadores, o trabalho do professor também está marcado pela alienação, o que faz com que ele não domine nem o processo, nem o produto de seu trabalho. Assim, ao invés de desempenhar seu papel como educador ativo e criativo, acaba desenvolvendo atividades de rotina e mecânicas, sem que o exercício da reflexão – discussão ocorra com efetividade. Nesse tipo de prática o aluno não passa de um mero receptor de informações e de conhecimentos que o professor transmite, tornando-se, em contrapartida, agente memorizador de um conhecimento pronto e acabado, que é simplesmente reproduzido sem questionamento. Tal procedimento metodológico impede o desenvolvimento do espírito crítico e, por conseguinte, reproduz a ideologia que serve às classes dominantes, pois não estabelece a relação entre os conteúdos historicamente acumulados, pretensamente sistematizados, e **a realidade na qual o aluno e professor estão inseridos**. Quando não ocorre interação nem aluno nem professor constroem conhecimentos; **o professor reproduz ao seu modo e o aluno reproduz a reprodução**. Por outro lado, é preciso tomar o

devido cuidado para não cair no outro extremo caracterizado por um **espontaneísmo pedagógico**, isto é, pelo simples fato de o aluno participar das aulas, imaginar que a aprendizagem foi efetivada satisfatoriamente. (Os grifos são nossos.)



Podemos afirmar pelo que foi elencado acima, que não são poucos os quesitos a serem constatados, averiguados nas observações das aulas. Lembrando sempre que este **primeiro passo, a observação**, precisa ser tomado muito a sério, pois é ele que vai lhe dar muitos subsídios para encaminhar seu planejamento. O bom planejamento das aulas a serem ministradas depende (não só, mas também), portanto, de uma observação feita com extrema atenção e definição de critérios, análise crítica, leitura didática do que pode ou não servir para nossa própria prática docente.

### 2.3 PLANEJANDO OS CONTEÚDOS: VOCÊ IRÁ LÁ PARA A FRENTE!

Começemos lembrando uma obviedade: todos os acadêmicos que iniciaram este curso na UFSC se matricularam em uma **licenciatura**. Deste modo, ao iniciarem esta graduação, já estava dada a situação de que se formariam professores. Agora é chegado o momento de debruçar-se sobre uma atividade que acompanha ininterruptamente aqueles que optaram pela profissão docente: o **planejamento**.



Fundamental partirmos do princípio de que não visamos apenas sermos meros reprodutores da História da Filosofia, mas que, seguindo a orientação dos PCN's e das OCN's, trataremos estes conteúdos relacionando-os aos contextos presentes, ao próprio cotidiano dos alunos. Faz-se necessário tirar a Filosofia de sua "torre de marfim" para vincularmos seus conceitos aos dilemas e às próprias questões relacionadas ao universo cultural que nos circunda. Afirma Horn (2009, pp. 94-95):

A metodologia empregada, então, deve contemplar sempre a participação do aluno enquanto ser em constante transformação, que precisa de orientação e que tem capacidade para conquistar sua própria autonomia de pensamento. É possível criar uma comunidade de investigação na sala de aula, de modo a tornar a atitude filosófica uma prática comum dentro do universo escolar. Para tanto é necessário que o professor seja também um exemplo, um filósofo. Filósofo no melhor sentido do termo, de quem pergunta porque não sabe as respostas, de quem ama a busca pela sabedoria. **Se a escola faz sempre aquelas perguntas para as quais já sabe a resposta, cabe ao professor de Filosofia inverter esse ledo engano**, entrave na produção do conhecimento, ou pelo menos resistir a ele o mais possível, no mínimo dentro dos limites da sua própria disciplina de atuação. (Os grifos são nossos.)

Estimulo a você, futuro (ou já) professor, que ouse pensar junto com seus alunos. Mais do que falar de uma Filosofia árida, meramente abstrata, compete-nos evidenciar aos alunos o quanto os conceitos filosóficos podem ter relação com suas próprias vidas. Sílvio Gallo, valendo-se do pensamento de Deleuze e Guatarri, nos lembra que, para estes autores, "o conceito não é abstrato nem transcendente (como é comum pensarmos na tradição filosófica), mas imanente, uma vez que parte de problemas experimentados e "vividos na pele" pelo filósofo, que cria o conceito justamente para equacionar um problema filosófico (GALLO, 2007, p.23)

Dependendo da concepção didática que adotarmos, buscaremos fundamentalmente repassarmos os conteúdos, preparar

os alunos para o ENEM, verificar até que ponto os alunos aprenderam estes saberes centrados na História da Filosofia, numa prática semelhante àquela convencionada pelo sistema de ensino. Podemos, no entanto, ir além desta mera verificação. Se tantas questões filosóficas são universais (questões éticas, políticas, antropológicas, etc.) podemos também tentar fazer com que nossos alunos experimentem estes problemas filosóficos como sendo seus, pensando junto dos filósofos, compreendendo seus conceitos e contextualizando-os de acordo com sua própria realidade cultural. Eis aí um grande desafio para seu planejamento ao desenvolver seu estágio, prezado acadêmico.

Durante mais de uma década tivemos a experiência da docência filosófica em escolas públicas e privadas no Estado de Santa Catarina. Gostaríamos de partilhar aqui um breve relato de experiência: o cotidiano das escolas, exercendo o ofício de professor, levou-nos a constatar que é possível manter o rigor filosófico, ser fiel aos conceitos desenvolvidos ao longo da História da Filosofia, sem no entanto deixar de torná-la atrativa e instigante aos alunos. Exemplos do cotidiano, conectar expressamente os conceitos filosóficos com o mundo que vivemos, são atitudes fundamentais no desenvolvimento de um bom planejamento. Diz Horn (2009, p. 97):

A questão que se recoloca aqui é de como viabilizar um currículo de Filosofia sem ser infiel a ela mesma, ou seja, sem perder de vista que existe um repertório, um lugar onde se encontram os diversos produtos filosóficos de diferentes épocas; um lugar onde se encontra uma panorâmica da cultura filosófica elaborada. **O emprego de uma linguagem a mais próxima possível daquela utilizada pelo jovem permite pensar critérios para interpretação**, escolha e decisão à luz de um pensar universalizante próprio da Filosofia. **Isso significa que filosofar com o cotidiano do aluno** a partir da música, dos jornais, das poesias, enfim, com o universo cultural do jovem, não significa abandonar ou perder de vista o texto filosófico – acadêmico-, mas ao contrário, por estas estratégias introduzi-lo conscientemente como referência para a reflexão filosófica. **Não é necessário partir do texto filosófico, mas é preciso – de um jeito ou de outro, che-**

**gar a ele.** (Os grifos são nossos).

Ao constituir seu **planejamento** esteja atento às impressões colhidas nas **observações** feitas das aulas do professor titular. Busque subsídios nas disciplinas estudadas durante a graduação, nos livros didáticos, recursos variados como músicas, filmes, poemas. E fundamentalmente, saiba que a sala da aula é o melhor ambiente para experimentação das propostas desenvolvidas: o estágio é precioso momento para fazer-se professor. Mais que qualquer teoria conhecida nos bancos da academia, é o chão da escola que se constituirá como rito de passagem para sua afirmação como profissional docente. Nas palavras de Cerletti (2009, p. 57): “Os saberes práticos que regulam a atividade profissional são adquiridos predominantemente nas experiências concretas das aulas e na vida institucional.”

É fundamental que você **acredite no professor que lhe habita**, pois foram muitos anos se especializando para exercer a função docente. Nas nossas andanças pelos polos ao longo desta licenciatura-EAD, deparamo-nos com muitos acadêmicos que relataram não se imaginarem em sala de aula atuando, por não se sentirem preparados para desempenhar este papel. Talvez isso ocorra porque não percebemos que nos formamos professores ao longo de um processo, que envolve toda nossa formação acadêmica e que continuará em nosso próprio caminhar ao longo da profissão. Cerletti nos diz (2009, p.61):

Com efeito, não se pode “ensinar” a ser uma boa professora ou um bom professor “em geral”, independente do que cada um e das experiências, filosóficas e de aprendizagens filosóficas, que teve. Haveria que retomar o lema de Píndaro, “Venha a ser o que tu és”, para recriá-lo no terreno filosófico-docente: *venha a ser o professor ou a professora de Filosofia que já és.*

Neste momento de planejamento, **você desenvolverá seus planos de ensino onde deverão constar:**

- 1- Tema.
- 2- Ementa.
- 3- Objetivos (gerais e específicos).
- 4- Conteúdos programáticos.
- 5- Recursos didático-pedagógicos.
- 6- Referências Bibliográficas.
- 7- Forma de avaliação.

Ressaltamos: um planejamento bem desenvolvido é fator de segurança para aquele que está diante de uma turma, responsável por ministrar uma aula. Embora a sala de aula às vezes reserve espaço para o imprevisto, para o inusitado que pode surgir com uma pergunta inesperada, um comentário desconcertante, o professor necessita ter seu itinerário bem traçado. Percepção do caminho a ser trilhado: de onde partir, como desenvolver o tema e como concluí-lo. Estratégias didáticas. Formas de avaliação. No planejamento, quando elencamos o tema e os conteúdos, é necessário que saibamos o porquê e o para quê vamos trabalhar determinado assunto e como esse terá consonância com os vindouros. Neste sentido, o planejamento precisa ter um encadeamento entre diferentes conteúdos que se seguirão uns aos outros, o que estabelecerá um fio condutor para a disciplina. Tudo isso precisa ser devidamente planejado, prezado acadêmico.

Entenda que ao longo de sua trajetória você se deparará com públicos diversos, realidades distintas, múltiplas posturas a serem adotadas, peculiaridades que, somente quem labuta na Educação costuma conhecer. Cerletti nos diz que (2009, p. 63):

A formação docente em Filosofia deveria “formar”, basicamente, **alguém que esteja em condições de resolver o problema de ensinar Filosofia, em situações diversas**. Não alguém que tenha meramente “ferramentas” para ensinar, mas alguém que seja capaz de avaliar os supostos que acompanham as distintas ferramentas (filosóficas e pedagógicas, mas também sociais, de gênero, culturais, etc.)

e por que foram assim desenhadas, com que objetivo, com que sentido. Isso permitirá que os futuros professores e professoras estejam em melhores condições para **escolher os seus métodos e recursos para ensinar**, em consonância com seu compromisso com a Filosofia e com a Educação. (Os grifos são nossos.)

Os passos fundamentais para o desenvolvimento de um bom plano de aula foram acima elencados. É hora de constituir seu planejamento! Inúmeras teorias filosóficas e pedagógicas lhe foram ofertadas ao longo desta graduação, mas no momento de planejar e posteriormente, implementar este planejamento, agirás com autonomia. Fundamental é que você se enxergue e se compreenda enquanto professor, assuma a postura docente! É o que também nos diz Cerletti (2009, p. 63): Nesse sentido, cada professor e cada professora estão comprometidos com a construção da “sua” didática com base na sua concepção de Filosofia. Em alguma medida, terão de ser então, ao mesmo tempo, filósofos e professores.

## 2.4 IMPLEMENTANDO O PLANEJAMENTO: DEPARANDO-SE COM O INESPERADO

Planejamentos bem desenvolvidos. Aulas bem preparadas, estruturadas. Naturalmente surge aquele “friozinho” na barriga, mas paralelamente temos a segurança de termos nos dedicado ao preparo, embasados no roteiro que desenvolvemos, tendo percepção dos passos que seguiremos nestes encontros com as turmas onde estaremos estagiando.

Há, no entanto, o imponderável que habita a atividade docente. Basta imaginar a situação: estaremos diante de turmas com dezenas de adolescentes. Trataremos de temas que envolvem problemas e/ou questões éticas, crenças silenciosas, angústias diante da vida, escolhas a serem tomadas diante da própria existência, etc. Não raramente os alunos nos surpreenderem com perguntas que para nós são totalmente inusitadas.



Estamos acostumados com o ritmo da universidade, onde, geralmente, os estudantes costumam formular com extremo cuidado suas perguntas. Nossas dúvidas, via de regra, se referem aos próprios conteúdos estudados, visando esclarecer o pensamento do próprio filósofo, ou aprofundar os conceitos desenvolvidos pelos pensadores. Com os adolescentes as perguntas se apresentam muitas vezes em outro nível. Os estudantes tem por hábito lançarem perguntas pessoais ao professor, querendo saber “o que o professor pensa” sobre o assunto. Mais do que simplesmente discutir teorias, conhecer conceitos desenvolvidos ao longo da história, o estudante costuma pensar os problemas filosóficos não como simples hipóteses, mas como situações que precisam ser pensadas de acordo com sua própria leitura de mundo, sua própria vivência. É por isso que, por exemplo, diante de questões da antropologia filosófica: “O que é o homem? O homem é o lobo do próprio homem? Ou o homem é bom por natureza, sendo que a sociedade o corrompe?” Para nossos alunos não basta saber o que Hobbes e Rousseau disseram, mas também o que o professor pensa sobre o assunto. Para os discentes, a figura do professor não se limita a ser apenas **formador** de conteúdos curriculares. Ainda que de modo não consciente, eles enxergam no professor alguém que lhes dará referências quanto aos valores do mundo. É preciso ter muito cuidado nestes momentos.

Não nos compete transferirmos para nossos estudantes uma leitura pessoal do mundo, ou ensinar-lhes uma “Educação moral e cívica”, nos mesmos moldes da disciplina criada pelos militares da década de 70 do século passado. O professor pode evidentemente demonstrar aos alunos sua visão particular a respeito de um determinado assunto, mas deixando evidente que não está ali para “fazer a cabeça” de ninguém. Há docentes que optam por uma postura mais reservada, externando aos discentes que não está ali para falar de suas convicções ou pontos de vista pessoais a respeito de um tema. Ademais, não compete ao professor apresentar aos alunos posturas dogmáticas. Afirmo Cerletti (2009, p72):

Nesse aspecto, à Filosofia lhe importa muito mais analisar o significado político que a **obediência** tem na constituição das cidades, ou

os alcances que se atribuem hoje ao conceito de **cidadania**, do que incorporá-los acriticamente. Muito pouco se ganharia desde o ponto de vista filosófico se, por exemplo, se ensina a Declaração do Direitos Humanos como o novo decálogo destes tempos de capitalismo globalizado.

Independentemente da postura que o professor venha adotar, mais aberta ou mais reservada, imprescindível é que o docente deixe claro que não está ali como professor de Filosofia para apresentar respostas categóricas, mas ao contrário, para problematizar e evidenciar questões. Nas palavras de Cerletti (2009, p. 80):

Ensinar é colocar alguém na antessala de desafios que, em última instância, são pessoais. O que caberia a um professor de Filosofia seria estimular a levar adiante este desafio. Filosofar é atrever-se a pensar por si mesmo, e fazê-lo requer uma decisão. Há que atrever-se a pensar, porque supõe uma maneira nova de relacionar-se com o mundo e com os conhecimentos, e não meramente reproduzi-los.

Ressaltamos: ninguém precisa entrar em uma turma para ministrar suas aulas carregando o fardo das perguntas que assolam muitos que se inserem na profissão docente: “E se eles me fizerem perguntas que eu não souber responder? E se por acaso eu terminar o conteúdo antes do horário previsto? E se me der um “branco” no meio da aula e eu esquecer o que teria que dizer?” Importante: **acalme-se!** Todo professor está suscetível ao fato de poder receber perguntas que não saiba responder. Do contrário, seria onisciente. Sempre haverá uma nova aula, onde o docente poderá dirimir as dúvidas de seus alunos. Todo professor deve saber que o conteúdo programado para a aula pode se encerrar quinze minutos antes do previsto. Assim, sempre terá consigo um plano suplementar, onde poderá aproveitar devidamente o tempo restante da aula: um exercício, um pequeno texto a ser lido, etc. Todo professor sabe que é passível de ser acometido por um “branco” no meio da aula, e deve saber sorrir desta situação: do contrário o “apagão” poderá aumentar. Retome o pensamento com calma, que as ideias certa-

mente voltarão ao devido lugar. Esteja preparado para perguntas advindas dos alunos interessados em saber, que nos farão questões talvez não corriqueiras no cotidiano da Filosofia acadêmica.

Torna-se fundamental compreender que o trabalho em sala de aula envolve lidar com o inesperado: uma pergunta que nos desconcerta, uma piada proferida diante de uma explicação, comentários inteligentes e surpreendentes, leituras de mundo que nossos alunos podem nos apresentar relacionando as teorias filosóficas que abordamos com seus próprios universos. Espero que você, prezado acadêmico e futuro colega educador, compreenda que **“não há planejamento de aula que possa dar conta da irrupção do pensamento do outro”** (CERLETTI, 2009, p. 81).

Mais do que simplesmente reproduzir acriticamente a História da Filosofia e solicitar aos alunos que façam o mesmo, competem-nos fazermos a relação entre os conteúdos filosóficos e a sociedade atual, o contexto no qual nossos alunos estão inseridos, proporcionar um diálogo entre a Filosofia e a cultura atual da sociedade. Mais do que reproduzir saberes prontos, cabe-nos adotar uma postura filosófica: “se a meta de nossa **metodologia** é o filosofar, o “conteúdo” a ensinar deverá reunir a atividade filosófica, a atitude filosófica e o tema filosófico” (CERLETTI, 2009, p. 82).

Há quem pense que, diante deste inusitado inevitável que perpassa a sala de aula, não se torna necessário planejar. Por conta de tantos imprevistos e diante da espontaneidade dos adolescentes, muitos docentes acreditam que a aula pode ser construída com base apenas no improviso, sem que haja um roteiro preparado quanto a conteúdos e formas de desenvolvê-los em aula. Este tipo de professor, que não adentra uma sala sabendo de onde vai partir, como vai desenvolver, e como concluirá uma aula, pois não se prepara para exercer sua função, torna-se refém de sua própria flata de planejamento. Além dos estudantes reconhecerem de imediato que o professor não preparou a aula, este docente não tem um fio condutor para direcionar sua disciplina, dar-lhe um norte. Sabemos que uma aula, por conta dos imprevistos acima elencados, pode não seguir uma linha reta, **o planejamento pode ser altera-**

**do no decorrer da própria aula, mas este planejamento deve ser feito com muita seriedade.** O profissionalismo torna-se *conditio sine qua non* para que as aulas transcorram com desenvoltura, e isso envolve um bom planejamento. “Por esse motivo, se não há plano, não há novidade, não pode haver desafio (na realidade, se não houvesse plano ou projeto, tudo seria novidade e, portanto, nada o seria)” (CERLETTI, 2009, p. 83).

Dentro deste planejamento bem desenvolvido, torna-se importante que na exposição dos conteúdos o professor por vezes também adote uma postura socrática: valendo-se da boa ironia difundida por Sócrates, dando ênfase aos questionamentos. Um bom ensino de Filosofia se faz com construção de perguntas, interrogações. Questões bem formuladas pelo professor podem encaminhar a aula para o surgimento de conceitos filosóficos desenvolvidos ao longo da história. Isto significa que ao invés de simplesmente expor os conteúdos “de cima para baixo”, o docente pode sensibilizar os alunos com uma música, um *cartoon* relacionado ao tema que pretende abordar, uma poesia, etc. Fazer uma série de problematizações, instigando os alunos a refletirem sobre o tema, a discutirem questões. Estas problematizações e discussões podem conduzir à História da Filosofia, que pode se apresentar, nestes moldes, como conteúdo diretamente relacionado aos contextos nos quais os alunos estão inseridos. Sabemos que este tipo de planejamento requer muita destreza por parte do professor, além de mais tempo para o preparo de suas aulas, no entanto, possivelmente aí a Filosofia se apresente menos abstrata, pois **o professor introduzirá os conceitos filosóficos no momento em que os alunos já compreenderem estes problemas como sendo seus.**

Compete-nos lembrar que podemos em nossas aulas tomar a

História da Filosofia como **centro** ou **referência**. No entanto, independentemente da postura metodológica adotada pelo professor, fundamental é vincular os conteúdos filosóficos aos contextos culturais de nossos alunos. Há quem pense que isto só é possível ensinando por **temas e problemas**, não partindo diretamente da História da Filosofia, mas chegando a ela no momento apropriado. Entretanto, é possível também partir da própria História da Filosofia nas aulas e ainda assim torna-las instigantes, problematizantes, contextualizadas. **Tudo dependerá da postura do professor.** Desejo que você tenha interesse pela participação de seus alunos nas aulas, pois conhecendo a expressão de seus pensamentos conseguimos estar mais próximos de nossos educandos, além de podermos diagnosticar o nível cognitivo dos discentes. Um bom planejamento abre perspectivas de diálogos em sala, abertura para questionamentos, construções coletivas de saberes, ainda que os conteúdos da história estejam bem explicados e delimitados. “Se a um professor não lhe importa o pensar de seus alunos o que ele faz é exercitar um monólogo do qual eles estão excluídos” (CERLETTI, 2009, p. 86).

### LEITURA RECOMENDADA

- Uma obra extremamente interessante sobre didática filosófica e planejamento para aulas de Filosofia é o livro de Lidia Maria Rodrigo: *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas: Autores associados, 2009.
- Recomendamos a leitura do livro de Paulo Freire: *Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1998. Esta obra é fundamental para entender uma prática docente que leva em consideração as leituras de mundo dos alunos e os contextos nos quais os mesmos estão inseridos.

## REFLITA SOBRE

- A escola enquanto instituição social.
- As condições estruturais da escola como fator importante para a constituição da docência.
- A importância da observação e do planejamento para o estagiário se inserir na docência.
- A sala de aula como lugar para irrupção do pensamento do outro: as perguntas inesperadas que os alunos podem fazer.

■ **CAPÍTULO 3** ■

**A NOVA PROPOSTA CURRICULAR  
DE SANTA CATARINA**





O Estado de Santa Catarina lançou, no ano de 2014, uma nova proposta curricular para os ensinos Fundamental e Médio. Este novo documento, que obrigatoriamente precisa ser conhecido pelos atuais e futuros professores estaduais, intitula-se: “Formação integral na educação básica”. Fundamental ressaltar que esta nova proposta não surgiu ao acaso, tampouco foi criada pelo governo de forma unilateral. Ao contrário, foi debatida por um ano e todos os docentes das escolas estaduais foram convidados a participar e interagir. Vários professores, além dos especialistas, colaboraram com este processo.

### 3.1 OBJETIVOS DA PROPOSTA

A proposta curricular de Santa Catarina, reformulada em 2014, visa contemplar, incluir no documento as reivindicações dos movimentos sociais (negros, mulheres, indígena, homossexuais, etc.), que lutaram para que determinados direitos lhes fossem assegurados. As lutas destes grupos foram transformadas em leis e essas leis precisam ser assimiladas pelos documentos oficiais: no caso da educação pública, nas suas propostas curriculares.

Vivemos num contexto social que é permeado por embates que envolvem diferentes grupos. Destes atores que exigem representa-

ção, surgem políticas públicas e leis que buscam coibir o reforço de estereótipos, no intuito de assegurar tratamento igualitário a todos que convivem numa mesma sociedade. A proposta curricular precisa estar atenta a este clamor, uma vez que os professores não podem, por exemplo, deixarem de estar atentos ao fato de que hoje há novos modelos de família; novas realidades sociais que surgiram nas últimas décadas. As profundas mudanças no âmbito das novas tecnologias, bem como a urgência de reconhecimentos da diversidade existente na sociedade, se tornaram alvo deste novo documento desenvolvido sob responsabilidade do governo estadual.

Na apresentação da nova proposta, são elencadas três diretrizes fundamentais que objetivam fundamentar seus alicerces. São elas:

1. Que a proposta pudesse – considerando a pluralidade política, cultural e social resultante de um dos períodos democráticos mais duradouros da história do Brasil – evitar qualquer viés ideológico ou político partidário, assegurando desse modo uma formação plural que garantisse ao estudante liberdade para formar sua opinião e suas convicções políticas em sintonia com seu mundo e com sua herança cultural.
2. Que o conteúdo da proposta pudesse constituir um documento com um olhar para o futuro a partir do presente, sem desconsiderar a trajetória pregressa da educação no Estado. A proposta deve ter a pretensão de, quando analisada daqui a dez, vinte anos, ser considerada ainda consistente em sua base.
3. Finalmente, que a proposta pudesse ser detalhada em documentos para acesso e compreensão por toda a população e não apenas por profissionais da educação, abrindo as fronteiras para que pais e estudantes possam se inteirar de seu conteúdo e dos princípios norteadores da educação no Estado, incentivando, desta forma, a participação cada vez mais ativa da comunidade na vida da escola. (2014, p. 04)

Como podemos perceber acima, a nova proposta pretende ser um documento voltado para a população como um todo, e não

apenas para os profissionais da Educação. Buscou-se, portanto, redigir o presente documento com uma linguagem acessível não apenas aos professores e especialistas. Objetivou-se proporcionar efetivamente a participação das comunidades no ambiente escolar: algo já pleiteado há tempos por aqueles que atuam na Educação: envolvimento efetivo das famílias na escola.

Outro aspecto que se torna importante analisarmos é o fato da proposta objetivar assegurar **“uma formação plural que garantis-se ao estudante liberdade para formar sua opinião e suas convicções políticas em sintonia com seu mundo e com sua herança cultural”** (2014, p. 04. Os grifos são nossos). Como professores de Filosofia que seremos, não podemos deixar de reconhecer a importância deste princípio elencado pela nova proposta curricular do governo estadual. Garantir ao aluno liberdade para formar sua opinião é precioso subsídio para um professor de Filosofia. Significa, entre outras coisas, que os discentes não precisarão se limitar a **reproduzir respostas prontas diante de perguntas prontas**, mas que poderão ter a oportunidade de constituir seu pensamento próprio diante de um problema, apropriar-se de um conceito para contextualiza-lo dentro de sua própria realidade existencial e social, constituir suas próprias convicções em consonância com sua leitura de mundo. Ora, este objetivo tem forte relação com aquilo que as Orientações Curriculares Nacionais mencionam a respeito do ensino de Filosofia:

A Filosofia é teoria, visão crítica, trabalho do conceito, devendo ser preservada como tal e não como um somatório de ideias que o estudante deva decorar. Um tal somatório manualesco e sem vida seria dogmático e antifilosófico, seria doutrinação e nunca diálogo.(OCN's, 2006, p. 35) (Os grifos são nossos).

Podemos perceber, portanto, que um dos objetivos primordiais da nova proposta curricular catarinense está em consonância com aquilo que as OCN's dizem a respeito da perspectiva pela qual a Filosofia deve ser ensinada. Mais do que um conjunto de teorias a serem decoradas acriticamente, a Filosofia deve proporcionar

aos estudantes a possibilidade de questionarem supostos saberes prontos, valerem-se dos conceitos não para absorvê-los dogmaticamente, mas como instrumento de ampliação de perspectivas frente às realidades que os cercam. Em última instância, a Filosofia teria a função de ofertar aos alunos uma visão de mundo diferente das apresentadas pelas ciências e pelas artes, lidando com conceitos imanentes, que possam ser vivenciados pelos discentes. Neste sentido, ao objetivar assegurar uma formação plural que garanta ao estudante liberdade para formar sua opinião e suas convicções políticas, a nova proposta curricular de Santa Catarina fornece um vigoroso argumento para que os professores de Filosofia fundamentem sua prática. Mais do que um mero conteudismo ou reprodução de saberes prontos, objetiva-se proporcionar autonomia de pensamento aos estudantes.

### **3.2 O CONCEITO DE DIVERSIDADE SEGUNDO A NOVA PROPOSTA**

A nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina promulga enfaticamente a necessidade do respeito às diferenças. Ressalta que nas últimas décadas uma série de políticas públicas surgiram visando reduzir as desigualdades, objetivando garantir equanimidade nos direitos aos grupos minoritários que historicamente foram tratados sem isonomia. Estes grupos lutaram e lutam para assegurar o reconhecimento de seus anseios: serem tratados como cidadãos de forma igualitária. A nova proposta objetiva reconhecer a luta destes grupos, assumindo o reconhecimento da diversidade como princípio formativo: “O movimento de atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina exprime a necessidade de uma Educação Básica que reconheça e assuma a diversidade como um princípio formativo e fundante do currículo escolar” (2014, p. 54.)

O referido documento do governo estadual reconhece que o



conceito de diversidade é polissêmico. Há muitas significações para a palavra diversidade, por isso categoricamente **a proposta curricular define diversidade da seguinte forma:**

Entende-se a diversidade como característica da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Esta noção nos remete à ideia de diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, das suas organizações sociais, etnias, nacionalidades, gêneros, orientação sexual, religiosidades. Enfim, diversidades de grupos sociais, de identidades do ser social em sua singularidade que se constituem em espaços, em ambientes, em tempos históricos com características diversas. Essas relações socioculturais constituem os sujeitos históricos, nas organizações de suas vidas sociais e políticas, nas suas relações com o ambiente e com outros grupos, na produção e reprodução de suas existências. (2014, p. 54)

A passagem acima elencada parece ser bastante clara: a diversidade é uma característica intrínseca à própria espécie humana, uma vez que todo ser humano possui sua individualidade. Esta individualidade é caracterizada por uma série de peculiaridades que são inerentes, em última instância, a cada ser particular. Estes seres se agrupam àqueles com os quais mais se identifica, formando assim aquilo que podemos chamar de grupo social.

Há, no entanto, grupos sociais que são minoritários, por não se encaixarem em determinados padrões culturais que estão de acordo com os interesses dos grupos historicamente majoritários. A nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina, atenta às demandas destes grupos discriminados que lutam há décadas para fazerem valer ser direitos, conclama os educadores a estarem atentos à contemplação dos mais diversos grupos, bem como das leis que estabelecem diretrizes para que elementos de grupos historicamente escravizados ou exterminados sejam contemplados, de acordo com a perspectiva destes próprios grupos:

Assim, podemos afirmar que os sujeitos da diversidade somos todos nós, mas há que destacar os grupos que vivenciaram processos de preconceito e discriminação, principalmente, no percurso formativo. É para aqueles que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) diz ser obrigatório o ensino de seus conteúdos históricos nas escolas, quais sejam, os afro-brasileiros e indígenas; é para aqueles que as diretrizes encaminham formas específicas de ensinar, aprender e de organizar a escola, como é o caso dos indígenas, dos quilombolas, sujeitos do campo, sujeitos da educação especial que têm garantido o seu direito à educação e à acessibilidade por meio de atendimento educacional especializado as suas necessidades específicas; e também para aqueles que se reconstróem em seus direitos, em suas identidades, nos movimentos de direitos humanos, nas relações de gênero e na diversidade sexual. (2014, p.55.)

A nova proposta chama-nos à atenção para reconhecermos os valores dos outros como parte da diferença existente no mundo. Isto não implica, evidentemente, na necessidade de abraçar estes valores, mas simplesmente compreende-los como pertencentes ao mundo. Reconhecer a multiplicidade como parte integrante da sociedade nos faz perceber que há outras visões de mundo para além da nossa. Este princípio formativo: enxergar o outro como alguém que mesmo com valores e princípios diversos dos meus, não se tornando por isso melhor ou pior, mas apenas diferente. A sociedade brasileira, múltipla de etnias, é demasiado rica neste sentido:

Diversidade também é heterogeneidade, com vistas ao reconhecimento de que todos somos diferentes. A diversidade está relacionada com as aspirações dos grupos humanos e das pessoas de viver em liberdade e no exercício de sua autodeterminação, como também à aspiração da vida em democracia e à necessidade de vivenciar coletivamente as realidades sociais que são múltiplas e de lutar pelo reconhecimento dos direitos humanos e a respeitá-los. Portanto, a valorização das diferenças étnicas e culturais, por exemplo, não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-lo como expressão da diversidade de todo ser humano, sem qualquer

discriminação. (2014, p.54)

Há uma preocupação explícita na proposta de não tratar a diversidade referindo-se apenas àqueles considerados historicamente como “os diferentes”, mas evidenciar que todos nós somos diversos, porque embora humanos, somos únicos:

Ao abordar o tema diversidade não se pode restringi-lo aos grupos considerados excluídos, caracterizados como “os diferentes”, “os diversos”, ou seja, como aqueles que não atendem à norma ou ao padrão estabelecido a partir de uma identidade hegemônica como referência. A diferença está em todos nós! Somos pessoas únicas e em constante transformação num ambiente, também, em constantes transformações. (2014, pp. 54-55.)

Não podemos deixar de ressaltar, no entanto, que a diversidade hoje é um tema em extrema evidência fundamentalmente por conta de grupos que estiveram à margem dos estereótipos difundidos pela própria educação oficial. “Os conteúdos da escola pautavam-se por uma visão etnocêntrica, masculina e burguesa” (2014, p.56). Formas de segregação eram estabelecidas por conta de expressões diversas quanto à religiosidade, sexualidade, ou mesmo pela etnia.

Um dos grandes desafios na educação para a diversidade é justamente lutar contra tantas formas de discriminação ainda existentes em modelos cristalizados. Para tanto, segundo a nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina, é preciso: **educar para as relações de gênero; diversidade sexual; educação ambiental, relações étnico-raciais.** Além disso, a proposta também enfatiza a importância fundamental de outros elementos da diversidade:

A Educação Especial, a Educação Escolar Indígena, a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola devem ser compreendidas como MODALIDADES de ENSINO, e assim como os demais currículos escolares, constituem-se em organização do conhecimento escolar.

(2014, p. 69.)

A nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina elenca sete princípios pedagógicos de uma educação que contemple a questão da diversidade. São eles:

**a) Educar na alteridade:** O outro se constrói na relação, não é determinado, está sujeito ao devir e se constitui permanentemente.

**b) Consciência política e histórica da diversidade:** é necessário que o docente conheça os processos históricos que produziram e reforçaram exclusões e desigualdades.

**c) Reconhecimento, valorização da diferença e fortalecimento das identidades:** a escola deve garantir o reconhecimento das diferenças e identidades, combatendo o racismo, machismo, homofobia, etc.

**d) Sustentabilidade socioambiental:** considerar a diversidade da vida e das culturas, incentivando o desenvolvimento sustentável para a manutenção e sobrevivência de todas as formas de vida.

**e) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas:** para aceitar a diversidade o professor deve aceitar o desafio de novas experiências pedagógicas, necessárias à compreensão do diálogo com determinados grupos, como quilombolas, indígenas, etc.

**f) Laicidade do Estado e da escola pública catarinense:** respeitar a diversidade cultural religiosa, pois vivemos num Estado plural em termos religiosos. É preciso evitar quaisquer formas de intolerância religiosa.

**g) Igualdade de direitos para acesso, permanência e aprendizagem na escola:** a constituição brasileira garante igualdade de direitos a todos os cidadãos, mas esta igualdade não pode ser entendida como inclusão das minorias nos valores dos grupos majoritários. Deste modo, o trabalho intercultural é fundamental para evitar homogeneizações no ensino, o que levaria a desconsiderar diferenças e características particulares dos sujeitos diversos.

Estes sete princípios estabelecidos pela nova proposta curricular da Santa Catarina evidenciam o extremo cuidado que os professores necessitam ter ao abordarem seus conteúdos. Deste modo, compete ao professor de Filosofia adotar uma postura de abertura às múltiplas e diferentes manifestações culturais de seus educandos,

Sabemos o quanto a percepção e o reconhecimento da diversidade é importante sob o ponto de vista filosófico. Implica no abandono do etnocentrismo, na aceitação das mais variadas formas de manifestação culturais. Evidenciar estas manifestações não como melhores ou piores, mas como pertencentes à nossa cultura, sendo portanto constituintes de nossa própria identidade. Ademais, é importante lembrar, há leis no Brasil que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das culturas indígena e africana nas escolas brasileiras. Respectivamente, as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 regulamentam a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino. Importante ressaltar que esta última Lei diz em seu artigo 1º;§ 2º: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros **serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar**, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (Os grifos são nossos.) Diante do exposto, uma Filosofia eurocêntrica, que desconsidera os valores e representações da própria cultura brasileira, tornar-se-ia incoerente com as leis e as propostas que regem nosso Estado.

No contexto aqui estabelecido, convém lembrar a sabedoria de Montaigne, que já no século XVI nos dizia primorosamente nos *Ensaio*s: “Não vejo nada de selvagem ou bárbaro do que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” (1973, p. 105). A afirmação do filósofo ensaísta é importante para compreendermos que a diversidade cultural faz parte de nossa realidade, e precisamos tomar cuidado para não tomarmos por inferiores manifestações comportamentais e culturais distintas das nossas.

Compete aos professores romperem com visões de mundo excludentes, que marginalizam aqueles que supostamente não se enquadram nos padrões estabelecidos. É momento de perceber que

vivemos num mundo diverso e múltiplo: eis a perspectiva da nova proposta quando se refere à diversidade. Pelo próprio modo como a Filosofia costuma se estruturar, podemos antever o empenho dos professores desta disciplina no reconhecimento destes princípios evocados pelo governo estadual.

No caso específico do professor de Filosofia, sabemos que este profissional não pode se restringir a trabalhar os conceitos filosóficos de modo puramente abstrato. É tarefa docente expor estes conceitos vinculando-os a determinados contextos, relacionando-os às próprias vivências de mundo dos alunos. Neste sentido, e levando em consideração o que a nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina diz sobre a questão da diversidade, um professor de Filosofia na sua prática docente também deve estar atento ao que nos diz Pedro Pagni:

Igualmente, é imprescindível considerar as variações dos modos modernos de subjetivação de acordo com desenvolvimento histórico, a formação cultural e societária das regiões e dos países, dependendo do seu *ethos* e da posição geopolítica (região ou país) que ocupam, acentuando ora mais, ora menos os processos de personalização e de individuação. Nesse sentido, numa formação cultural *híbrida* e numa democracia *tateante* como a brasileira, a afirmação de Latour (1991) de que “jamais fomos modernos” parece ganhar mais sentido do que nos países ditos centrais, suscitando uma série de questões, como: **O que seria esse sujeito no Brasil? Qual o ethos do homem brasileiro? Como enfrentou e enfrenta a diversidade étnica e a multiplicidade próprias de sua cultura?** (2011, p. 128. Os grifos são nossos)

### 3.3 A NOVA PROPOSTA CURRICULAR E A DISCIPLINA DE FILOSOFIA

A disciplina de Filosofia, dentro da nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina, é enquadrada dentro da área das Ciên-



cias Humanas. Assim como as Orientações Curriculares Nacionais, o documento catarinense enfatiza a importância de um ensino de Filosofia contextualizado, que faça relações com a realidade histórico-cultural dos alunos, no sentido de auxiliar os discentes a reconhecerem-se dentro de suas condições concretas de existência, perpassando o caráter particular e social.

Deste modo, todas as Ciências Humanas, incluindo aí a Filosofia (que aparece assim enquadrada), precisam ser trabalhadas tendo como pressuposto básico os modos de construção das relações entre os sujeitos, a própria diversidade existente na sociedade, as inúmeras representações, construções e simbolismos desenvolvidos no seio da cultura. Não caberia ao professor de Filosofia, portanto, ministrar uma disciplina meramente abstrata e conceitual, mas deve também esforçar-se para contextualizar estes conteúdos no âmbito das práticas culturais que se constroem no mundo: uma Filosofia que dialogue com o universo dos educandos. Neste sentido, a Filosofia voltada para o Ensino Médio deve se propor a buscar diálogo direto com a realidade prática, na medida em que pode proporcionar aos discentes releituras críticas e reflexivas sobre o mundo:

A ação pedagógica das Ciências Humanas contribui para que os sujeitos escolares tornem-se leitores críticos das relações socioambientais, políticas, econômicas, culturais, entre outras, que marcam o seu entorno, ampliando sua capacidade de reconhecer seus problemas e, acima de tudo, responder de forma participativa às questões e desafios presentes no cotidiano. É relevante que o processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica promova o diálogo e o debate acerca dos mais diversos temas e problemas de cunho religioso (GUERREIRO, 2010), filosófico, sociológico, étnico-racial, das relações de gênero, das diversidades sexuais, socioambiental, territorial, da inter-relação campo-cidade, centro-periferia, entre outros, assim como as relações de poder que permeiam a vida dos sujeitos ao longo do processo educativo-formativo.

É importante, então, que o docente em Ciências Humanas dialogue com seus pares para que ocorra uma formação processual e contínua nos espaços educativos. É importante que o diálogo entre os componentes curriculares da área de Ciências Humanas (Geografia, Socio-

logia, História, Filosofia e Ensino Religioso) ocorra de forma efetiva para que o processo de ensino-aprendizagem alcance seus objetivos. (2014, p. 141)

Como podemos perceber, além da importância da contextualização, a nova proposta enfatiza a importância do diálogo entre os docentes das diversas disciplinas que constituem as Ciências Humanas. Na abordagem de temas comuns, cada professor pode, de acordo com o corte epistemológico de sua disciplina, fazer as relações necessárias com os contextos socioambientais, políticos, econômicos, culturais, e também com aspectos que envolvam as demais disciplinas. Um exemplo claro é o fato de que todo professor de Filosofia deveria, ainda que minimamente, estabelecer relações com a disciplina de História, pois os filósofos e filósofas foram seres concretos que também produziram suas Filosofias dentro de um contexto: Antigo, Medieval, Moderno, Contemporâneo, etc. Neste sentido, e apenas para citarmos um exemplo, é necessário que se faça relações com a disciplina de História ao falarmos dos filósofos iluministas, e não apenas expor seus conceitos como se suas ideias não tivessem sido desenvolvidas dentro de um determinado contexto histórico. Quando expomos a uma turma o conceito de *Alfklärung*, precisamos fazer a devida relação com a disciplina de História, para elucidarmos com clareza o que este conceito representou no seio da cultura iluminista.

A nova proposta é bastante generosa com a disciplina de Filosofia quando elenca dezenas de conceitos que podem ser explorados, **à luz da História da Filosofia**, com destreza por um professor criativo e empenhado. Enfatiza, a nova proposta, que todos estes conceitos devem ser elaborados pelos alunos, o que nos faz lembrar das ideias de Sílvio Gallo quando nos diz que é fundamental que haja nas aulas o momento da conceituação: quando o próprio aluno tentará conceituar, ao seu modo, um conceito já desenvolvido na História da Filosofia. Afirma Gallo:

Se na investigação pela História da Filosofia encontramos conceitos significativos para nosso problema, trata-se então de deslocá-los

para nosso contexto, recriando-os de forma que apresentem possíveis soluções; se, por outro lado, não encontramos conceitos que deem conta de nosso problema, certamente encontramos uma série de elementos que nos permitem criar um conceito próprio (GALLO, 2007, p.31).

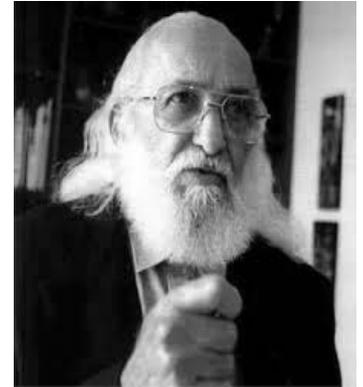
É na busca pelo vínculo entre teoria e prática, conceitos e mundo, que os alunos terão instrumentos de facilitação na aprendizagem, segundo a nova proposta:

Na perspectiva do processo de elaboração conceitual, que ampara a Proposta Curricular de Santa Catarina, a área de Ciências Humanas se organiza em torno dos conceitos estruturantes: tempo, espaço e relações sociais, que se desdobram em outros conceitos, tais como ser humano, relações socioambientais, relações sociais de produção, conhecimento, território, ambiente, natureza, redes, transformações sociais, cultura, identidade, memória, temporalidade, imaginário, ideologia, alteridade, indivíduo, sociedade, poder, trabalho, tecnologia, economia, linguagem, ética, estética, epistemologia, política, Estado, direitos humanos, imanência, transcendência, patrimônio, corporeidade, sociabilidade, convivência, cooperação, solidariedade, autonomia e coletividade, que permeiam por todo o percurso formativo (SANTA CATARINA, 2001).

**A elaboração desses conceitos tem sua origem nas atividades de aprendizagem, nas quais os docentes desafiam intencionalmente os estudantes para, a partir da apropriação dos conteúdos do currículo escolar, os elaborarem, de forma progressivamente complexa.** Importante apontar que, no planejamento e na elaboração das atividades de aprendizagem, é significativo que o docente consiga estabelecer, pela problematização, a conexão dos conteúdos curriculares a serem apropriados com a vida real dos estudantes de forma desafiadora, de modo a motivá-los para a aprendizagem (LEONTIEV, 1978). (2014, p. 142, os grifos são nossos.)

O professor de Filosofia deverá, portanto, elaborar suas aulas levando também em consideração a própria realidade cultural de seus alunos, suas leituras de mundo trazidas para a escola, como já procuramos evidenciar. Nas palavras de Paulo Freire:

Como educador preciso de ir “lendo” cada vês melhor a leitura de mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de quem o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feita. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (FREIRE, 1998, p. 90).



Paulo Freire afirma que leitura de mundo dos educandos precede a leitura das letras.

Não desconsiderar as “leituras de mundo” dos alunos é imprescindível ao professor de Filosofia na construção de sua disciplina. Além disso, é fundamental que conheça o projeto político pedagógico da escola, e que talvez até mesmo contribua no desenvolvimento deste P.P.P., uma vez que este documento deve ser discutido por toda a comunidade escolar e visa estabelecer parâmetros para definirmos que tipo de indivíduo queremos formar para a vida na polis. Afirma a nova proposta:

Os conceitos da área se desdobram nos conteúdos, abordagens e atividades dos diferentes componentes curriculares das Ciências Humanas. Os conteúdos serão selecionados pelos professores, a partir das demandas dos sujeitos e do contexto sociocultural da comunidade escolar, em processos de planejamento coletivo, ancorados no Projeto Político Pedagógico da escola, entendidos como meio para o desenvolvimento dos conceitos acima apresentados. Os componentes curriculares – Geografia, História, Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia – contribuem de maneira específica nesse processo, a partir de seus objetos de estudo. (2014, p. 142, 143).

Há uma evidência muito grande na proposta curricular da importância do saber filosófico. A disciplina de Filosofia é apresentada como preponderantemente rigorosa e argumentativa, auxiliando os alunos a terem uma leitura crítica e autônoma da realidade. Uma leitura filosófica do mundo, distinta das ciências e das artes,

proporciona aos discentes uma terceira perspectiva de percepção das coisas, onde poderão se deparar com aporias da razão, questões permanentes e talvez irresolutas, abandonando muitos preconceitos do senso comum:

As Ciências Humanas são, também, um espaço privilegiado de promoção do contato com o pensamento dos filósofos, possibilitando ao estudante o acesso às questões filosóficas, aos procedimentos metodológicos de análise e reflexão críticas e às ferramentas conceituais produzidas por esses pensadores. Esse instrumental conceitual auxilia o estudante a compreender criticamente a realidade e a si mesmo, como sujeito histórico, e a lidar com os problemas com os quais venha a se confrontar no mundo, contribuindo para a elaboração de conceitos e possibilidades de ver o mundo com outro olhar (SILVEIRA, 2007).

O estudo e o exercício da postura filosófica contribuem para que os estudantes, em seu processo de educação integral, desenvolvam atitudes questionadoras, tais como reflexão, análise crítica, investigação rigorosa e argumentação lógica; a comunicação oral e escrita voltada à elaboração do conhecimento; a habilidade do diálogo que exige reconhecimento e respeito ao outro – o exercício da alteridade (BUBER, 2009); a compreensão de conceitos filosóficos e a capacidade de aplicá-los em sua reflexão crítica sobre as situações que vivencia; a percepção crítica da realidade, empregando conhecimentos provindos de diferentes áreas do saber, aprimorando sua compreensão do mundo; o posicionamento crítico e questionador diante da sociedade em que vive e o comprometimento com ações que a tornem mais inclusiva (VEIGA-NETO, 2011), demonstrando autonomia de pensamento. (2014, p. 147)

Como podemos perceber, a nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina reconhece a importância da Filosofia para a emancipação dos indivíduos: reflexão, análise crítica, investigação rigorosa, argumentação lógica. Neste sentido, compete também ao professor de Filosofia despir-se de uma leitura ideológica da realidade, onde mesmo de forma inconsciente viria a reproduzir preconceitos arraigados, reforçando o *status quo*, não

atentando-se ao relativismo e diversidade cultural existente em nossa sociedade, com tantas diferentes manifestações comportamentais existentes. Compete ao professor ser um bom provocador, instigar com perguntas desafiadoras, convocar os alunos a exercerem boa argumentação diante dos conceitos investigados. É tarefa também do professor de Filosofia, segundo a nova proposta, convocar os discentes a perceberem a diversidade dos valores existentes no mundo, auxiliando-lhes a ampliarem suas visões de mundo, para que superem preconceitos ainda difundidos em nosso universo cultural:

Por essa razão, os conhecimentos das Ciências Humanas são instrumentos estratégicos que contribuem em processos formativos que busquem superar práticas discriminatórias de segregação e de segmentação, num esforço permanente da Escola, na superação do racismo, do machismo, da homofobia, da intolerância religiosa, da xenofobia e de todas as formas de preconceitos ainda presentes em nossa sociedade. (2014, p. 149)

A nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina também se detém num dos temas mais intrincados da Educação: a questão da **avaliação**. Tornar este momento do processo de ensino uma circunstância onde o educando efetivamente poderá adquirir conhecimento de modo significativo, não é algo tão simples. Costumeiramente, muitas provas e testes aplicados nas escolas ainda reproduzem um modelo voltado para a “decoreba acrítica”, onde o aluno é adestrado a reproduzir uma série de respostas para perguntas sobre as quais não refletiu. Este tipo de avaliação pouco ou quase nada contribui para que o estudante efetivamente se instrua, pois prioriza maximamente a nota e não a apropriação consistente do conhecimento. Não é raro os discentes fazerem provas ou testes e depois de poucos dias nem sequer recordarem do conteúdo sobre o qual tiveram que discorrer na avaliação. Acabam sendo submetidos mais a um ritual burocrático que lhes atribuirá uma nota, do que a uma efetiva possibilidade de produzirem um saber que pode ser introjetado e vivenciado. Neste sentido, a nova proposta traz uma perspectiva que pode servir como ideia norteadora:

Em todo o percurso formativo o processo avaliativo leva em conta o contexto histórico e sociocultural em que o sujeito da aprendizagem está inserido, as vivências e experiências que agregam na prática educativa e as possibilidades de apropriação de conhecimentos da área de Ciências Humanas e da educação integral para a transformação da realidade.

Para tanto, propomos, ainda, como estratégias: a) a realização, no decorrer das atividades, de leituras, diálogos, exercícios de reelaboração de conteúdos e objetivos, partindo das vivências e práticas no percurso formativo, considerando conceitos já apropriados pelo estudante; b) a análise de, por meio de questionamentos e intervenções, em que medida se dá o alcance dos objetivos em vista da mudança de atitude frente aos problemas levantados, de modo que o estudante se construa como sujeito responsável, sendo capaz de interagir e transformar a realidade; c) a flexibilização de tempos, espaços e currículo ao estudante com dificuldade de aprendizagem, a fim de que ele possa se organizar diante da elaboração e apropriação do conhecimento, respeitadas a intersubjetividade e as especificidades; d) o acompanhamento, pelo professor, do processo de aprendizagem mediante a leitura da produção dos estudantes, retomando os objetivos, conceitos, conteúdos e estratégias. (2014, p. 151 , 152)

Pelo que vemos, a nova proposta estabelece quesitos de extrema importância para a avaliação, sob o ponto de vista filosófico: leituras, diálogos, exercícios de reelaboração de conteúdos e objetivos. Análise, por meio de questionamentos e intervenções, leitura da produção dos estudantes, retomando os objetivos, conceitos, conteúdos e estratégias. Estas estratégias contribuem com excelência para tipos de avaliação em Filosofia que consideramos eficientes, pois fogem do modelo tradicional de simples memorização e reprodução acrítica de saberes já estabelecidos.

Prezado acadêmico, como pudemos perceber, a nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina enfatiza serem os saberes filosóficos de extrema importância para os educandos. Esta Filosofia, no entanto, não deve ser ensimesmada, fechada, avessa ao diálogo com outras formas de conhecimento. Ao contrário, o pro-

fessor de Filosofia necessita ter a perspicácia de estabelecer diálogos com outros professores e disciplinas, contextualizar os saberes filosóficos vinculando-os à realidade cultural dos alunos, de modo a fazer destes saberes produzidos pelos pensadores instrumento de atuação no mundo, e não mera abstração conceitual, verniz intelectual. Compete ao professor de Filosofia, segundo a nova proposta, fazer algo nem sempre aprendido “entre os muros da academia”: valer-se da Filosofia como um saber que efetivamente pode dialogar com as comunidades escolares, em múltiplos e variáveis contextos, e não apenas dialogar com seus próprios pares. Quem atua ou atuará como professor de Filosofia nas escolas é convocado a tomar para si este desafio:

Dessa forma, as Ciências Humanas, no diálogo com as demais áreas do conhecimento, contribuem para que os sujeitos tenham na escola um espaço de vivências, experiências e de socialização de seus conhecimentos, os quais são contextualizados, sistematizados, reconstruídos e reelaborados. No entanto, é pertinente o envolvimento da comunidade escolar, com a valorização de seus saberes, para que se sinta parte deste processo e se motive a redescobrir o mundo, outros “mundos”. Assim, é preciso considerar que no desenvolvimento das estratégias e das abordagens é significativo que ocorra um planejamento coletivo (que envolva todas as representações da comunidade escolar) (HOFFMANN, 2007). (2014, p. 152.)

## LEITURA RECOMENDADA

- A nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina na íntegra é leitura obrigatória para todos aqueles que exercem e exercerão a docência filosófica no ensino médio. O referido documento pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/?p=arquivo>

- Recomendamos a leitura do livro de Renato Nogueira: O

*ensino de Filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015. É importante material para constituir a formação acadêmica dos professores no que se refere à questão da diversidade e cultura afro-brasileira para o ensino de Filosofia.

## **REFLITA SOBRE**

- A ênfase dada à questão da diversidade na nova proposta curricular de Santa Catarina.
- A nova proposta curricular do Estado de Santa Catarina e o lugar dado à Filosofia nesta proposta.
- O ensino de Filosofia vinculado aos contextos culturais dos estudantes.
- Os critérios para avaliação dos estudantes na disciplina de Filosofia.



## ■ CONSIDERAÇÕES FINAIS ■



O Estágio supervisionado obrigatório, requisito fundamental para obter o grau de licenciado em Filosofia, é uma etapa de extrema importância na vida daqueles que optam pela profissão docente. Conhecer os pormenores do cotidiano escolar, as urgências e emergências necessárias aos fazeres escolares, é algo que se aprende, fundamentalmente, no **chão da escola**.

Aquele que irá cumprir seu estágio precisa valer-se deste momento como um verdadeiro laboratório para sua prática docente futura. É a oportunidade mais adequada para observar, planejar, experimentar metodologias e conteúdos. Aquele que assume a profissão de professor precisa refletir sobre o tamanho de sua responsabilidade, pois ainda que não queira, influencia seus alunos com seus gestos, palavras e posturas: “Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor” (FREIRE, 1998, p.47.).

Sabemos que não é possível pensar em temas como Ética, Política, Estética, sem que conjuntamente haja um enlace com o tema da Educação. Desde a Antiga Grécia, a reflexão sobre a excelência no educar, a constituição do *éthos*, e o tipo de ser humano que queremos formar para a vida na *pólis*, são questões que estão imbricadas. O problema filosófico da Educação nunca deixou de ser um tema relevante para a Filosofia, e Montaigne enfatiza o tamanho de nosso desafio quando nos diz: “Entendo que a maior e mais



Montaigne (1533-1592) considerava a educação e instrução da criança a mais difícil tarefa humana.

importante dificuldade da ciência humana parece residir no que concerne à instrução e à educação da criança” (1972, p.80).

Cada professor, evidentemente, irá imprimir sua impressão digital no modo como compõe sua prática de ensino. Seja no sentido metodológico: tomar a História da Filosofia como centro ou referência, ou intercalar as duas perspectivas; seja na postura enquanto profissional docente: limitar-se a ser um técnico que atua mecanicamente e se restringe a reproduzir saberes prontos, ou buscar enxergar o humano que há por detrás dos números de matrícula presentes no diário de classe. Cada aluno tem uma história de vida pessoal e particular. Esta trajetória existencial é permeada por idiossincrasias, que envolvem realidade sócioeconômica, valores familiares, princípios religiosos, desejos, anseios, frustrações, expectativas perante a vida, perspectivas. Nada disso, entendemos, pode deixar de ser considerado por um educador quando estabelece critérios para compor sua prática docente. Neste sentido, consideramos primorosa a afirmação de Bertrand Russell:

As autoridades educacionais não veem as crianças, como supostamente a religião deve fazer, como seres cujas almas devem ser salvas. Elas as consideram um material a ser usado para esquemas grandiosos: futura “mão-de-obra” nas fábricas ou “baionetas” na guerra, etc. Nenhum homem está apto a educar a menos que sinta em cada aluno um fim em si mesmo, com seus defeitos e sua personalidade, não uma mera peça em um jogo de quebra-cabeça, um soldado em um regimento, ou um cidadão em um Estado. O respeito pela personalidade humana é o início da sabedoria, em todas as questões sociais, mas acima de tudo em educação. (RUSSELL, 2008, p.185.)

Atuar como um simples funcionário do Estado ou atribuir à Filosofia uma perspectiva que não seja meramente conteudista (embora não dispense os conteúdos), mas que sobretudo esteja contextualizada com o mundo que nos envolve, fazendo relações com as leituras de mundo trazidas pelos nossos alunos, é, em última instância, uma decisão individual.

Em nossa caminhada como educadores nas diversas escolas

públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, pudemos constatar que a Filosofia efetivamente pode ser demasiado significativa para os discentes do Ensino Médio. Investir no método socrático, apropriando-se da interrogação como instrumento metodológico, torna-se fundamental para construir uma disciplina que não se limita a reproduzir respostas prontas para perguntas prontas.

As observações e planejamentos desenvolvidos no estágio lhe darão subsídios para elencar critérios quanto ao professor que pretenderás ser. Este ser, melhor dizendo, este fazer, constitui-se ao longo de toda a trajetória docente. Cada turma, cada aluno, possui suas peculiaridades. É a convivência com o chão da escola que lhe dará, empiricamente, a real noção daquilo que precisarás desenvolver como profissional da Educação. Ali poderás constatar até que ponto determinadas teorias se adéquam ou não à realidade prática que emerge diante de teus olhos. A escola é o mais preciso termômetro para constatares onde estarão os eixos norteadores para aplicares na prática as diversas teorias apreendidas ao longo desta licenciatura em Filosofia.

Concordamos integralmente com os dizeres de Márcio Danelon:

Criticamos, de fato, a função do professor de Filosofia que se tornou meramente um técnico em ensinar conteúdos filosóficos, sem o compromisso de pensar criticamente o mundo ou sem o compromisso de refletir, de criar ou produzir uma interpretação filosófica da atualidade, não porque ele não deseja fazer isso, mas porque, em muitos sistemas de ensino, uma concepção de ensino de Filosofia já está pronta, cabendo ao professor apenas operacionalizar isso que foi, dentro de um gabinete e longe do chão da escola, planejado e produzido como conteúdo, metodologia e avaliação em Filosofia (2014, p. 88-89).

Definitivamente gostaríamos que todos os professores pudessem refletir na importância do comprometimento com a função docente. Optar ou não por este comprometimento sempre será uma escolha individual.

Aos estagiários desejamos perseverança e firmeza: que façam da

Filosofia instrumento para leituras de mundo permeadas por espanto e admiração. Que seus alunos possam passar pela disciplina de Filosofia e perceberem nela uma perspectiva diferenciada para lançar os olhos ao mundo. Se conseguirmos isso com nossa prática, certamente conseguiremos atingir um dos grandes desafios atuais da Educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio. Parte IV: Ciências humanas e suas tecnologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf> Acesso em 30 de abril de 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cespe.unb.br%2Fvestibular%2F1vest2010%2Fguiadovestibulando%2Fbook\\_volume\\_03\\_internet.pdf&ei=6e4pVLvsGKfCsATbwIKoDA&usg=AFQjCNE52W0IpeNsW-OEEFjJsbYUTTUIZA&bvm=bv.76247554,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cespe.unb.br%2Fvestibular%2F1vest2010%2Fguiadovestibulando%2Fbook_volume_03_internet.pdf&ei=6e4pVLvsGKfCsATbwIKoDA&usg=AFQjCNE52W0IpeNsW-OEEFjJsbYUTTUIZA&bvm=bv.76247554,d.cWc) Acesso em 30 de abril de 2015.

BRASIL. Lei n. 11.788/2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm) Acesso em 05 de maio de 2015.

CERLETTI, A. *O ensino de Filosofia*. Tradução de Ingrid Müller

Xavier. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

DANELON, M. O professor de Filosofia: entre o técnico do saber especializado e o intelectual. In: GUIDO, H; JÚNIOR, J. B. de Almeida; DANELON, M. *O transversal e o conceitual no ensino de Filosofia*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DELEUZE, G; GUATARRI, F. *O que é a Filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1998.

GALLO, S. A Filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. In: *Filosofia no Ensino Médio*. SILVEIRA, Renê J. T.; GOTO, Roberto. (Orgs.) São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Metodologia do ensino de filosofia*. Uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.

GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Orgs.) *Filosofia no Ensino Médio*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, S.; DANELON, M.; CORNELLI, G. (Orgs.) *Ensino de Filosofia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

GALLO, S.; GOTO, R.. (Orgs) *Da Filosofia como disciplina*. Desafios e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2011.

HORN, G. B. *Ensinar Filosofia*. Pressupostos teóricos e metodológicos. Ijuí: Unijuí, 2009.

MONTAIGNE, M. *Ensaaios*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

NOGUERA, R. *O ensino de Filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

PAGNI, P. A. O pensar filosófico, os modos de subjetivação e a escola no Brasil. In: *Da Filosofia como disciplina*. GOTO, R; GALLO, S. (Orgs.) São Paulo: Loyola, 2011.

RODRIGO, L. M. *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas: Autores associados, 2009.

RUSSELL, B. *Ensaaios céticos*. Trad. de Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. 2014. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/?p=arquivo>  
Acesso em 05 de maio de 2015.

SILVEIRA, R. J. T.; GOTO, R. (Orgs) *Filosofia no Ensino Médio*. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Filosofia na escola: diferentes abordagens*. São Paulo: Loyola, 2008.

TRENTIN, R.; GOTO, R. (Orgs.) *A filosofia e seu ensino*. Caminhos e sentidos. São Paulo: Loyola, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Projeto Político Pedagógico do curso de Filosofia-EAD. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://filosofia.ufsc.br/files/2011/11/Projeto-Pedagogico> Acesso em 05 de maio de 2015.